BRASILIANA "HOMENS PRECISAM SER FORJADOS POR OUTROS HOMENS": UMA IMERSÃO NO CURSO PARA MACHOS DE JULIANO CAZARRÉ

ELDORADO DO CARAJÁS TRINTA ANOS DEPOIS PERSISTEM DÚVIDAS SOBRE QUEM FINANCIOU E QUEM DEU AVAL AO MASSACRE NA CURVA DO S

CartaCapital

ANATOMIA DE UMA QUEDA

ATADAS AOS BOLSONARISTAS, AS VARIAÇÕES DO ANTILULISMO LUTAM CONTRA A IRRELEVÂNCIA

cartacapital.com.br
ANO XXXI Nº 1424
R$ 31,90
5 DE AGOSTO DE 2026
basset editora

FENAE

CONTRAF CUT
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

A força vem de dentro da Caixa. Os resultados aparecem Brasil afora!

A **Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae)** e a **Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT)** apresentam a **edição 2026 do Caderno dos Estados**, com dados detalhados sobre a atuação da **Caixa Econômica Federal** em todas as regiões do Brasil em 2025, com base nas informações do Banco Central.

Em números, o banco responde por **22,1% das agências bancárias do país**, somando um total de **3.120 unidades** distribuídas por todas as regiões.

Dos **R$ 6,1 trilhões** em operações de crédito ativos no Brasil, **23% pertencem à Caixa**. O banco **movimentou R$ 1,4 trilhão** em diversos setores, contribuindo tanto para o desenvolvimento social quanto econômico dos brasileiros.

De acordo com o Banco Central, em 2025, **69,5% dos financiamentos imobiliários no Brasil foram realizados pela instituição**. Além disso, com **investimentos de R$ 66 bilhões**, o banco foi responsável pela contratação de outras **386.971 unidades habitacionais** no programa do governo federal **Minha Casa, Minha Vida**.

No programa **Bolsa Família**, o país registrou, em média, **19,7 milhões de famílias beneficiárias**, com valor médio de **R$ 672,82 por mês**. Ao todo, foram pagos **R$ 159,5 bilhões**.

Nos últimos 10 anos, o **FGTS** executou **R$ 1,1 trilhão em obras de saneamento, habitação e infraestrutura** em todo o país.

Esse é apenas um pequeno recorte do trabalho sério que as mais de **84 mil empregadas e empregados da Caixa** realizam diariamente para transformar a realidade de milhões de pessoas.

A Caixa reafirma seu papel como agente fundamental na redução das desigualdades e na promoção do desenvolvimento do país.

@fenaefederacao

www.fenae.org.br

@contraf_cut

www.contrafcut.com.br

Acesse o QR CODE e confira a publicação!

Ines249
CartaCapital
Tudo que importa para quem se importa
—
5 DE AGOSTO DE 2026 • ANO XXXI • Nº 1424

Quem deseja uma vaga no paraíso privatista? Pág. 32

6 BRASILIANA
10 A SEMANA
13 LUIZ GONZAGA BELLUZZO
19 JAMIL CHADE
21 MARJORIE MARONA

Seu País

24 ELDORADO DO CARAJÁS Trinta anos depois ainda restam dúvidas sobre a dinâmica do massacre
31 RENATO MEIRELLES
32 SÃO PAULO Incêndio em trens expõe o fiasco das privatizações de Tarcísio
36 ENTREVISTA Maria do Rosário reage às ofensas de Paulo Figueiredo
38 MINAS GERAIS Agrava-se a crise humanitária do povo Maxakali
42 SAÚDE Fitoterápicos cultivados por indígenas serão distribuídos no SUS

Economia

44 INDÚSTRIA O tarifaço atinge empresas sufocadas pela concorrência dos produtos chineses
48 ADALBERTO VIVIANI
49 PAULO GALA
50 ARTIGO Matéria-prima da liberdade, o tempo garante a formação do capital social

Nosso Mundo

52 GAZA O ativista Thiago Ávila denuncia a limpeza étnica promovida por Israel
54 NICARÁGUA Daniel Ortega rasga os últimos trapos da fantasia sandinista

Capa: Pilar Velloso, Wilson Dias/Agência Brasil, Antonio Cruz/Agência Brasil, Douglas Magno/Agência Brasil, Gshow/TV Globo e Midjourney v8

14 COADJUVANTES

ATADAS AOS BOLSONARISTAS, AS VARIAÇÕES DO ANTILULISMO LUTAM CONTRA A IRRELEVÂNCIA

Plural

56 A PINTURA COMO DIVÃ

O MUNDO DE PONTA-CABEÇA EVOCA OS MESTRES HOLANDESES PARA FALAR SOBRE O SIGNIFICADO DA ARTE E O PODER DA BELEZA

60 LIVROS De volta à origem da humanidade
62 *STREAMING* A regulação é vital para as produções nacionais 64 CINEMA O que pode uma menina? 65 SAÚDE *Por Arthur Chioro* 66 CHARGE *Por Venes Caitano*

SUAMY BEYDOUN/AGIF/AFP E FERDINAND BOL/MUSEUM CATHARIJNECONVENT DA HOLANDA

CartaCapital

FUNDADOR: Mino Carta (1933 – 2025)

PUBLISHER: Manuela Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)

DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Adalberto Viviani, Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Amanda Queirós, Arthur Chioro, Arturo Hartmann, Augusto Diniz, Carlos Henrique Carneiro da Cunha de Mello Belluzzo, Carlos Minuano, Claudio Bernabucci (Roma), Claudio Couto, Drauzio Varella, Cristina Serra, Eduardo Magossi, Elnara Negri, Fábio Mascaro Querido, João Paulo Charleaux, Kelvin Falcão Klein, Leneide Duarte-Plon, Ligia Bahia, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Marcelo Miranda, Maria Fernanda Vomero, Maria Inês Nassif, Marjorie Marona, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paula Sperb, Paulo Artaxo, Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, Renato Meirelles, René Ruschel, Riad Younes e Vladimir Safatle
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani e Leonardo Miazzo
EDITOR-ASSISTENTE: Gabriel Andrade
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Maiara dos Santos Marinho, Mariana Brasil Pinheiro de Oliveira, Vinicius Nunes Souza e Wendal Lima do Carmo
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor), Caio Godoy e Lola Magalhães (Editores)
ESTAGIÁRIOS: Danilo Roberto Silva Queiroz, João Victor Prado Sampaio, Kamille Soumaili e Sofia Helena Lanza
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora
EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani
DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Mello
ANALISTA DE PROJETOS: Gabriela Gomes de Oliveira
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
BSB/RJ: Hera Mídia - Iandra Siqueira, (61) 98322 9994/ (19) 99818 8958, landrasiqueira@heramidia.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 – SP/SP – CEP 05410-010 www.actual.sc, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Instituto Verificador de Comunicação IVC
ANER www.aner.org.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

CartaCapital
O BRASIL É DOS BRASILEIROS
TERRAS-RARAS E SOBERANIA
LULA PROPÕE MAIOR CONTROLE DA EXPLORAÇÃO DE MINERAIS CRÍTICOS, MAS ENFRENTA RESISTÊNCIAS DENTRO E FORA DO GOVERNO

CONTRA O VIRA-LATISMO

A chamada Terrabras é uma ótima ideia. Resta enfrentar esse Congresso entreguista e antipovo, o chamado "mercado", que só enxerga os próprios interesses, e os integrantes do governo que não estão alinhados com um projeto de soberania nacional. Independência ou submissão: eis a questão. Até quando continuaremos sendo um mero exportador de minérios?
Paulo Sérgio Cordeiro Santos

As nossas riquezas são para o Brasil e para seu povo.
Cristina Mott

O ADVERSÁRIO QUE, LULA PEDIU AOS CÉUS

Os eleitores brasileiros precisam entender que não basta escolher um presidente, é preciso eleger um Congresso à esquerda. Caso contrário, o chefe do Executivo não tem como avançar em seus projetos.
Nádia Gomes

É isso que queremos? Repetir o 8 de Janeiro? Há mais de 30 anos, a família Bolsonaro ocupa cargos públicos e continua flertando com ataques à democracia.
Lucy Brandão

A "familícia" Bolsonaro está sempre arquitetando planos, superestimando governos de outros países e alimentando as ambições dos EUA. Está a serviço do poder que deseja conquistar. O problema é que grande parte dos eleitores está totalmente abduzida pela ignorância e acredita nela.
Licia Freire

Estou adorando essa confusão: a família Bolsonaro é o maior cabo eleitoral do Lula!
Jaqueline Araújo

LIMITES À FARRA

Quero ver as prefeituras de Recife e Olinda abrirem mão dos patrocínios milionários que recebem das *bets* para financiar festas como o Carnaval e o Réveillon.
Emmanuel Araújo

O PROCESSO

Toda a minha solidariedade ao juiz Robson José dos Santos. É inacreditável que ainda tenhamos de nos deparar com esse tipo de injustiça.
Adriani Pereira

O Brasil é vergonhosamente racista. Hoje, muitos perderam a vergonha e expõem toda a sordidez que habita em seu ser.
Pera Mascarenhas

Que absurdo! É terrível saber o quanto o racismo está vivo e, mais ainda, que a foice dos racistas continua afiadíssima, fazendo vítimas. Só lamento...
Maria Cristina Sacramento

BAJULAÇÃO A MILEI

Tarcísio de Freitas vem do Rio de Janeiro para homenagear um argentino com a mais alta honraria concedida pelo Estado de São Paulo. Bizarro.
João Teodoro

Ele não tem esse direito. Como cidadã paulista, não concordo. Tarcísio deveria cuidar da Sabesp, dos trens, da segurança pública... Você ainda é governador: vá trabalhar pelo nosso estado!
Bete Monta

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

Ines249

Aprendizes de macho

Uma imersão no curso de Juliano Cazarré, que reuniu cerca de 600 participantes em busca de uma "pedagogia da masculinidade"

POR CARLOS MINUANO

"NÃO EXISTEM RITOS de passagem femininos. O rito da mulher é biológico." Essa é a primeira frase que escuto ao entrar, atrasado, no auditório lotado do Centro Universitário Católico Ítalo Brasileiro, em Santo Amaro, Zona Sul de São Paulo. Busco alguma reação na plateia e não encontro nenhuma. Das quase 600 cadeiras, poucas estão vazias, e a esmagadora maioria é ocupada por homens.

Muitos escrevem em cadernos, outros gravam vídeos. A frase, dita pelo ator Juliano Cazarré na abertura do curso *O Farol e a Forja*, idealizado por ele, soa, no mínimo, controversa. Na plateia, é recebida, porém, com espantosa naturalidade. Ao longo dos três dias, eu entenderia por quê. Ela condensava uma visão de mundo que reapareceria sob diferentes formas no encontro: uma espécie de "pedagogia da masculinidade", com gramática filosófica, religiosa e política própria.

Na plateia, homens entre 30 e 60 anos, barba aparada, camisa polo ou blazer sobre moletom – quase um *dress code* particular. No palco, Cazarré mediava uma conversa sobre liderança ao lado do empresário Gabriel Kanner e do roteirista Newton Cannito. O cenário parecia montado para um épico. Tons de âmbar e laranja simulavam um pôr do sol permanente. No telão, rostos ampliados ocupavam quase toda a parede, enquanto um farol rompia a névoa ao fundo. Em letras garrafais, a inscrição: "Liderança Masculina Moderna". No conjunto, uma cenografia pensada para anunciar uma promessa de transformação.

> **"Homens devem ser forjados por outros homens", prega o ator**

Kanner é apresentado como fundador de um projeto de "formação humana em filosofia". O currículo oficial omite que ele também preside o Instituto Brasil 200, grupo que apoiou a eleição de Bolsonaro em 2018. Cannito, ex-secretário do Audiovisual no segundo governo Lula, hoje é crítico daquilo que chama de "cultura *woke*", expressão que se tornou uma das preferidas dos conservadores para se referir a pautas ligadas à diversidade e às políticas identitárias.

A conversa deriva para a jornada do herói. Cazarré compara a própria trajetória à dos protagonistas de mitos clássicos, fala das "porradas" que levou ao criar um curso para homens, alvo de críticas na mídia, nas redes sociais e entre colegas. Depois, justifica-se: "Homens precisam ser forjados por outros homens".

"Um homem bom não é um homem inofensivo", espeta Kanner, citando o polêmico psicólogo canadense Jordan Peterson. Uma síntese, segundo ele, de um princípio da filosofia clássica. As referências se acumulam sem cerimônia: Santo Agostinho e Peterson, Cristo e a jornada do herói. Em poucos minutos, a conversa salta da filosofia clássica para o pecado original, do jiu-jítsu à missão espiritual do Brasil. Antes de sair de cena, defende que o Brasil conservador está destinado a se tornar "o farol da humanidade".

Por falar em luta, Cazarré mediou uma conversa entre o cientista político Bruno Garschagen e o ex-lutador Rodrigo Minotauro. "Se a igreja entrar no judô, acabou", diz um dos maiores nomes da história do MMA sobre a evangelização de lutadores. Mas logo troca o octógono pelo agronegócio, relembrando o sobrevoo de pivôs de irrigação no oeste da Bahia: "Parecia um disco voador gigante".

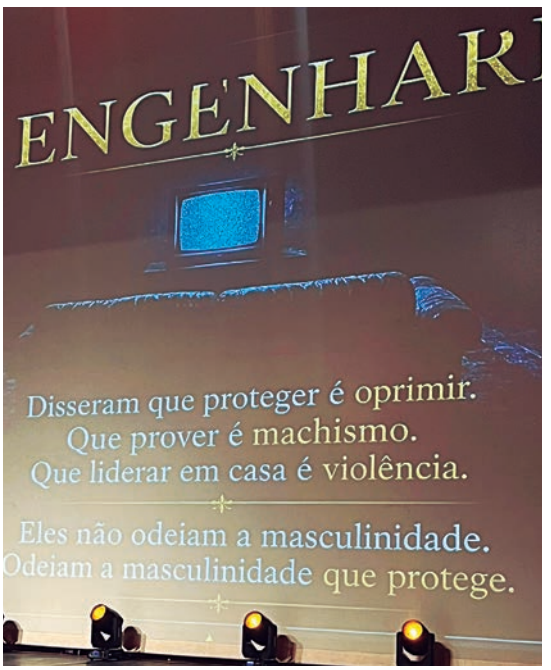
Garschagen puxa o fio político. "Os brasileiros foram treinados a odiar o Brasil desde cedo", diz. Reclama da "classe política que hoje detém o poder", mas evita citar nominalmente o governo para, segundo ele, "não estragar o evento".

Pausa para o almoço. Cazarré agradece aos patrocinadores, entre eles a editora Quadrante, ligada à Universidade de Navarra, fundada pelo Opus Dei, referência acadêmica do catolicismo conservador. Fala das camisetas oficiais, do pão de queijo de um

CARLOS MINUANO

Ines249

“Se aparecer alguém fazendo o 'L', a gente corta os dedos dele”, diz um aluno à mãe, antes de tranquilizá-la: "Aqui não tem nenhum radical, não"


ENGENHARI
Disseram que proteger é oprimir.
Que prover é machismo.
Que liderar em casa é violência.
Eles não odeiam a masculinidade.
Odeiam a masculinidade que protege.

apoiador. “Ajudem essa família de fé.”

Os intervalos eram um espetáculo à parte. A reportagem acompanhou os três dias sem se identificar como imprensa, o que permitiu observar de perto conversas que provavelmente não aconteceriam na presença de um jornalista. No restaurante, por exemplo, ao meu lado, um homem de uns 50 anos conversava por vídeo com a mãe: “Estou naquele curso do Cazarré, só para homens. Se aparecer alguém fazendo um ‘L’, a gente corta os dedos dele”. Do outro lado, ela reage: “Acho esse pessoal meio radical, filho”. Ele rebate: “Aqui não tem radical, não”.

“Se eu perguntar para alguém o que

Machonaria. A mentoria mescla política, autoajuda e proselitismo religioso

Ines249

é um quadrado e respondem que é um círculo, está errado. Então por que a esquerda quer que eu chame de mulher alguém que tem uma giroba no meio das pernas?", prossegue. Minutos depois, no auditório, argumentos semelhantes aparecem organizados em forma de palestra.

"O enfraquecimento do homem é um projeto." A frase, repetida como um mantra ao longo de quase uma hora, funciona como eixo da palestra de Bárbara Mendes. Figura polêmica nas redes sociais, ela costura religião, política, comportamento e economia em uma mesma narrativa de crise.

Babi Mendes, como é mais conhecida, ataca o que chama de uma engenharia deliberada para desconstruir a masculinidade desde a infância. Escolas e as universidades federais são apontadas como espaços de formação ideológica. "A primeira coisa que nos instala na realidade é sabermos o que somos", afirma, antes de rejeitar a ideia de gênero como construção social. "Se eu não sei o que eu sou, então eu sou qualquer coisa."

"Quando Deus sai da sua casa, quem entra? O Estado", completa Mendes, antes de fazer uma convocação. "Homens devem voltar ao papel de provedores e protetores." Para as mulheres, sugere que abandonem a promessa de autonomia vendida pelo feminismo. Sob aplausos, Bárbara anuncia, então, que será candidata a deputada federal por São Paulo. Resume sua plataforma em uma frase: defender "o homem no lugar do homem, a mulher no lugar da mulher e a criança protegida desde a concepção".

Entre uma palestra e outra, Cazarré volta ao palco e pergunta aos homens da plateia quem está lá porque as esposas pediram. A imensa maioria levanta a mão. Vale dizer que os ingressos não tinham preços populares: quem comprou o pacote básico, que dava direito a assistir às palestras, pagou quase 1,8 mil reais. No completão, com

Ines249

"Um homem com bom nível de testosterona é a maior pedra no sapato da agenda malthusiana", diz o médico Alessandro Loiola

Fé. "A mulher foi criada para o homem", afirma o padre José Eduardo. "Tá na *Bíblia*, gente." A declaração não causa assombro à plateia, composta majoritariamente por homens que dizem ter sido enviados para lá pelas esposas

"experiências de *networking*" (jantar, pizza, uísque, vinho, charutos, música e churrasco), o valor passava dos 5,7 mil.

No sábado, a masculinidade ganha componentes biológicos e políticos. O médico Alessandro Loiola, mais conhecido como palestrante bolsonarista do que por sua atuação clínica, conduz a plateia como um professor de cursinho e, entre piadas e palavrões, afirma que todo homem adulto deveria manter a testosterona acima de 600 ng/dL. "Um homem com bons níveis de testosterona é a maior pedra no sapato da agenda malthusiana", recomenda, ao comentar uma suposta conspiração global para reduzir a população por meio da desestruturação da família.

Cazarré completa o raciocínio associando o hormônio à "agenda *woke*". Meninas com traços 'mais machinhos', segundo ele, seriam convencidas de que nasceram no corpo errado. E ao iniciarem tratamento hormonal, a sensação de maior segurança e disposição produzida pela testosterona confirmaria essa crença.

Em seguida, o pastor Anderson Silva, que já liderou um movimento chamado "Machonaria", e o padre José Eduardo discutem fé e masculinidade. O padre sustenta que homens e mulheres têm papéis distintos definidos por Deus e que a mulher deve viver submissa. Depois, traduz: "sob a mesma missão" do marido. "A mulher foi criada para o homem", diz. "Tá na *Bíblia*, gente."

Para quem achava que tinha visto tudo, o domingo guardava surpresas, como a palestra do *coach* motivacional e espiritualizado Wendell Carvalho, que começa numa conversa sobre alta performance e desemboca numa meditação guiada estranha. Com uma trilha cafona ao fundo e uma locução estilo rádio AM, ele conduz o auditório a imaginar o próprio velório, para depois renascer como homens novos: conservadores, armamentistas, tementes a Deus.

No mesmo fim de semana em que centenas de homens se deixavam forjar em novos homens de fé num auditório em Santo Amaro, a poucos quilômetros dali, o PL oficializava Flávio Bolsonaro candidato à Presidência, num palco que reuniu Javier Milei, Tarcísio de Freitas e Ricardo Nunes. Dois palcos, duas liturgias, o mesmo projeto de País.

Depois de três dias ouvindo como um homem deve pensar, rezar, votar, criar os filhos e regular a própria testosterona, o curso de Cazarré parece cumprir o que promete: ser, ao mesmo tempo, farol e forja. O destino dessa jornada, aponta mais para trás do que para frente: religioso, hierárquico, armado, avesso à empatia e pouco tolerante com o diferente. Causa espanto ver tantos homens embarcando voluntariamente nessa viagem.

Para encerrar, uma dinâmica em duplas: um participante filma o outro, que declara diante da câmera sua "ressurreição" como novo homem. O exercício termina em catarse coletiva, com abraços e lágrimas. Sim, ao contrário do que se poderia imaginar depois de três dias falando de virilidade, chorar ainda parece estar liberado. •

Concorrência. Os palestrantes se pavonearam mais que a ave

CARLOS MINUANO

Ines249

Veto aos Legendários

A Igreja Presbiteriana do Brasil orientou seus seguidores a não aderirem ao Legendários, movimento que recorre a técnicas de *coaching* e a um discurso religioso para promover o "resgate" da masculinidade. Em parecer aprovado pelo Supremo Concílio, a denominação avalia que a iniciativa difunde práticas e ensinamentos incompatíveis com a tradição reformada, ao estimular uma espiritualidade paralela à vida da igreja e adotar conceitos sem respaldo bíblico. O documento também recomenda que pastores desestimulem a participação de fiéis no grupo, que ganhou popularidade entre evangélicos com retiros realizados no Brasil e em outros países.

São Paulo/ Por punição exemplar

Garis cobram justiça após colega morrer atropelado por motorista embriagado

Garis da cidade de São Paulo realizaram uma paralisação, na terça-feira 28, em protesto pela morte do coletor Diego Rafael da Silva, de 19 anos, atropelado enquanto trabalhava na Barra Funda, Zona Oeste da capital. A categoria cobrou justiça, punição rigorosa ao responsável e mais segurança para os profissionais da limpeza urbana.

Diego recolhia contêineres na traseira de um caminhão de coleta, parado e devidamente sinalizado, quando foi atingido por uma Land Rover Discovery em alta velocidade, conduzida pelo empresário chinês Guofang Huang, de 53 anos. O jovem chegou a ser socorrido à Santa Casa, mas não resistiu aos ferimentos.

Preso em flagrante por homicídio, Huang teve a detenção convertida em prisão preventiva. O teste do bafômetro apontou 0,73 miligrama de álcool por litro de ar expelido, mais que o dobro do limite que caracteriza crime de trânsito. Testemunhas também relataram sinais evidentes de embriaguez. Diego deixou a esposa grávida de sete meses e um filho de um ano.

Em protesto, a categoria parou na terça-feira 28

Sete em cada dez mulheres têm receio de denunciar o agressor

Pesquisa/ SOB MEDO CONSTANTE

MAIS DA METADE DAS BRASILEIRAS SOFREU VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Vinte anos após a aprovação da Lei Maria da Penha, uma pesquisa dos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva revela que 54% das brasileiras sofreram algum tipo de violência praticada por namorados, maridos ou ex-companheiros. O porcentual equivale a cerca de 47,7 milhões de mulheres. Em contrapartida, apenas 11% dos homens reconhecem ter cometido algum tipo de agressão contra uma parceira ou ex.

O levantamento indica que a violência psicológica é a forma mais comum de abuso, relatada por 42% das entrevistadas, seguida por agressões físicas (25%), morais (19%), sexuais (10%) e patrimoniais (9%). Segundo o Instituto Patrícia Galvão, muitos casos deixam de ser identificados porque parte das vítimas ainda não reconhece certas condutas, como controle, humilhação e isolamento, como formas de violência.

Apesar dos avanços promovidos pela Lei Maria da Penha, a pesquisa mostra que o desafio permanece. O estudo aponta que 68% das mulheres ainda têm medo de denunciar o agressor, enquanto oito em cada dez defendem que a legislação precisa ser acompanhada de políticas públicas para ampliar a proteção às vítimas.

JUAN MABROMATA/AFP, MAURO PIMENTEL/AFP, ISTOCKPHOTO E ALEXANDRE DE PAULO/SIEMACO-SP

Esporte/ **Neymar, o humorista**

"Não quero mais a Seleção", diz o ex-jogador em atividade

Depois da pífia atuação na Copa do Mundo, Neymar Jr., meia-atacante do Santos, revelou um surpreendente talento para o humor ao "anunciar" sua aposentadoria da Seleção Brasileira. "Fiz história, fui muito feliz, dei meu sangue, minha vida, sempre briguei pela Amarelinha, mas agora não quero mais", afirmou na zona mista da Vila Belmiro, após a gloriosa vitória do clube sobre a Universidad Central, da Venezuela, pela Copa Sul-Americana.

Oxalá o astro da fracassada geração tenha se convencido de que seu tempo passou. Para carimbar o passaporte para o Mundial dos EUA, escondeu uma lesão na panturrilha e mobilizou sua extensa rede de "parças" para pressionar o técnico Carlo Ancelotti a convocá-lo. Jogou por apenas 15 minutos na partida contra a frágil Escócia e arrastou-se em campo durante 23 minutos no jogo decisivo contra a Noruega pelas oitavas de final. Ao marcar um gol de pênalti nos acréscimos, preferiu provocar o goleiro Nyland a correr atrás do prejuízo no placar. Não deu outra: o norueguês celebrou a classificação, enquanto o brasileiro caiu aos prantos à beira do gramado.

Demorou para o "menino Ney" reconhecer que seu tempo passou

Reforço contra o El Niño

O governo federal anunciou, na quarta-feira 29, um complemento orçamentário de 1,33 bilhão de reais para reduzir os impactos do El Niño no Brasil. Os recursos serão destinados à compra de milho e arroz, distribuição de cestas básicas, apoio a produtores rurais, prevenção de incêndios e monitoramento do nível dos rios. O Planalto também criou uma sala de situação com representantes de 24 ministérios e outras nove estruturas temáticas para coordenar áreas como saúde, energia, estiagem e assistência social. Durante uma reunião ministerial, Lula afirmou que o País "nunca esteve tão preparado" para enfrentar uma crise climática.

Fifa/ **FUTEBOL S/A**

INFANTINO GERA REAÇÃO GLOBAL APÓS ANUNCIAR PLANO DE "VENDER" A COPA

A Fifa anunciou, na segunda-feira 28, um controverso plano para atrair investidores privados por meio da constituição de uma empresa. A Fifa Forward Enterprise (FFE), como a iniciativa foi batizada, ficaria responsável por gerenciar os direitos comerciais e a operação das competições organizadas pela federação, entre elas a Copa do Mundo. Com a venda de ações, Gianni Infantino, presidente da entidade, espera arrecadar 4,2 bilhões de dólares (cerca de 21,5 bilhões de reais).

Embora a Fifa prometa manter o controle acionário da nova empresa, a proposta despertou forte reação. A Uefa, responsável pela Champions League, classificou a iniciativa como perigosa. "Isso cruza uma linha que as instituições governamentais do futebol nunca deveriam cruzar", diz uma nota da entidade. A Concacaf, que representa países da América do Norte, Central e Caribe, e a AFC, organizadora da Copa da Ásia, também manifestaram objeções à proposta.

Diversas federações nacionais engrossaram o coro dos críticos. A inglesa disse estar "profundamente preocupada", enquanto a alemã classificou o plano como "um ataque absoluto contra o futebol". Glenn Micallef, comissário da União Europeia, acrescentou que "a comercialização desenfreada do futebol se tornou nociva" e fez um apelo nas redes: "Não toquem no nosso esporte".

O cartola fala em ofertar apenas "participações minoritárias"

Ines249

Cerco financeiro

Para forçar imigrantes em situação irregular a se autodeportarem, o governo de Donald Trump está aplicando multas de até 1,8 milhão de dólares (cerca de 9,2 milhões de reais). De acordo com o *New York Times*, mais de 100 mil estrangeiros receberam notificações do Departamento de Segurança Interna (DHS) cobrando 998 dólares por dia de permanência no Estados Unidos após uma ordem definitiva de remoção. Embora as penalidades estejam previstas na legislação migratória norte-americana desde 1996, elas nunca haviam sido aplicadas por um presidente antes de Trump.

O presidente dos EUA congelou fundos e cancelou vistos de integrantes da Corte

ISTOCKPHOTO

Direito Internacional/
Debandada do TPI

Trump aperta o garrote sobre o tribunal que julga crimes de guerra

Os Estados Unidos lideram uma debandada do Tribunal Penal Internacional. Primeiro, os norte-americanos pressionaram a Venezuela a sair da Corte. Em seguida, o Chade tomou a mesmo caminho. O TPI é responsável por julgar crimes de guerra e contra a humanidade, mas sua jurisdição é restrita: só alcança cidadãos de países signatários.

Os EUA não são um deles, mas, ainda assim, militam contra a Corte porque seus juízes também podem ocupar-se de crimes cometidos no território de países signatários. Dois exemplos: o *premier* Benjamin Netanyahu e o presidente Vladimir Putin. Seus respectivos países – Israel e Rússia – não integram o tribunal, mas os crimes atribuídos a eles foram cometidos em Estados partes: a Palestina e a Ucrânia, respectivamente. Por isso, ambos líderes têm ordens de prisão emitidas pelo TPI contra si.

Como Washington teme que o mesmo possa ocorrer com seus cidadãos quando eles cometem crimes em território de países signatários, o governo Trump deu início a uma ofensiva para exterminar o tribunal. Essa ofensiva é marcada por congelamento de fundos dos integrantes da Corte e por cassação de vistos, o que os impede de ir à sede da ONU, em Nova York.

No caso da Venezuela, o TPI vinha analisando denúncias contra Nicolás Maduro. No caso do Chade, crimes cometidos na guerra contra o Sudão. A rigor, o tribunal segue tendo poderes sobre ambos os casos, mas essa jurisdição deve ser contestada, agora com apoio norte-americano.

Ines249

LUIZ GONZAGA BELLUZZO
Economista, consultor editorial de *CartaCapital* e ex-presidente do Palmeiras. É autor, entre outras obras, de *Valor e Capitalismo* e *Os Antecedentes da Tormenta*

O fantasma da dívida pública

▶ Não há registro de crises monetárias e financeiras provocadas pelo endividamento "excessivo" dos governos em moeda nacional

Em entrevista ao *Estadão*, o simpático economista José Roberto Mendonça de Barros abordou o tema do ajuste fiscal. Respeitosamente, devo assinalar as dúvidas que me assaltam quando o debate entre economistas da corrente conservadora repete o mantra do risco fiscal. Se me permitem, caros leitores de nossa *CartaCapital*, vou enfiar a colher da "heterodoxia" keynesiana na sopa das concepções que circulam nos arraiais da "macroeconomia do equilíbrio".

Na visão dos catastrofistas, o risco fiscal está associado a uma trajetória "insustentável" da dívida pública. Insustentável, porque essa vileza vai, no futuro, mortificar os mais jovens e os que ainda não vieram à luz, com um calote devastador na riqueza financeira que circula pelos balanços de bancos, fundos, gestoras de ativos e seus clientes do dinheirão e do dinheirinho. Não são poucos os que antecipam um calote na dívida do Estado. Esse calote seria devastador para a riqueza financeira privada, aquela que frequenta os balanços de bancos, fundos, gestoras de ativos e seus clientes do dinheirão e do dinheirinho.

Na visão monetarista-conservadora, admite-se que não existem fatores de perturbação monetária oriundos das avaliações privadas. Implicitamente, supõe que as decisões dos centros privados são sempre orientadas pela racionalidade dos agentes que habitam o mundo dos negócios e das finanças. Essas decisões gerariam resultados que corresponderiam ao que foi antecipado, vale dizer, as expectativas seriam sempre cumpridas e não haveria incerteza. Desta forma, qualquer desequilíbrio monetário decorreria do descumprimento, por parte do Estado, das regras de gestão.

Os estudos de Thomas Piketty sobre o papel da dívida pública na composição da riqueza privada nos primórdios do capitalismo mostram a importância do ativo-passivo emitido pelos governos na transição dos patrimônios imobilizados na terra para a riqueza móvel e líquida. O sistema monetário-financeiro de nossos tempos foi construído sob a direção do Banco da Inglaterra. O banco administrou, com a dívida pública, as trepidações e expropriações abrigadas no ouropel da finança.

Parênteses: ouropel é uma lâmina fina de latão que imita o ouro, além de representar um falso brilho, uma aparência enganosa de luxo ou um estilo vazio que esconde a falta de ideias.

O economista Pierre Dockés ensina: entre o fim do século XVII e o início do século XVIII, a Grã-Bretanha forjou os meios que lhe permitiram endividar-se massivamente, depois, no século XIX, viveu e prosperou com essa enorme dívida, reduzindo impostos antes de reduzi-la lentamente. O primeiro período, de 1688 a 1815, longe de ser uma corrida precipitada ao endividamento, foi a construção de uma capacidade moderna de contrair dívidas, complementada por uma capacidade moderna de cobrar impostos, uma arma decisiva do poder econômico e político britânico.

No capitalismo financeiro do século XXI, a apropriação de renda "rentista" está intimamente associada ao inchaço das dívidas públicas nacionais. Para compreender a "dinâmica" do enriquecimento e da desigualdade, é necessário avaliar o papel do endividamento público na valorização do capital financeiro e na transmissão da riqueza entre as gerações. No afã de se apropriar da riqueza, as criaturas do mercado buscam, ao mesmo tempo, apostar nos ganhos futuros e garantir o valor de sua riqueza com ativos seguros, garantidos pelo Estado. Nesse espaço de decisões aparentemente contraditórias, os títulos públicos atuam como garantias diante da incerteza do futuro.

Os estudos sobre as relações entre o crescimento da dívida privada e da dívida pública ao longo dos ciclos de expansão-contração das economias capitalistas mostram, de forma cabal, que, nas expansões, predomina o crescimento do endividamento privado e, nas contrações, eleva-se o endividamento público. Quando as desconfianças dos mercados se acentuam, a tigrada corre para os títulos públicos, considerados ativos seguros de última instância.

As crises financeiras dos países ditos emergentes estão invariavelmente associadas à tomada de empréstimos em moeda estrangeira. Essa foi a causa da crise fiscal e monetária dos emergentes nos anos 80 do século passado, entre os quais o Brasil. A crise da dívida externa, deflagrada no início dos anos 80, produziu efeitos devastadores sobre as finanças públicas e erodiu a soberania monetária dos países atingidos ao suscitar uma fuga sistemática das moedas nacionais.

Em minhas peregrinações pelos labirintos da história do capitalismo, não encontrei sequer um fio de memória que denunciasse uma crise monetária-financeira provocada pelo endividamento "excessivo" dos governos em moeda nacional. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Ines249

Autofagia eleitoral

CAIADO, ZEMA E RENAN SANTOS ESTÃO OBRIGADOS A AVANÇAR SOBRE A BASE BOLSONARISTA

por ANDRÉ BARROCAL

Ines249

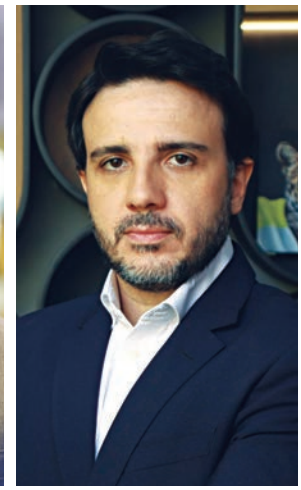
BETO BARATA/REDES SOCIAIS PARTIDO LIBERAL E NELSON ALMEIDA/AFP

Cenas da convenção do PL: a IA de Bolsonaro cria mais um problema eleitoral. A mensagem de Michelle se encaixa nas "mentiras sinceras" de Cazuza? Milei arrumou uma crise diplomática com o Brasil, enquanto certas ausências foram notadas no evento que ungiu Flávio Bolsonaro

Às vésperas do fim do prazo para a realização das convenções partidárias que definem as candidaturas à Presidência da República, o antipetismo em todas as suas variações está escalado, na esperança de impedir o tetra de Lula. Apesar da causa comum e de uma agenda muito semelhante, o time vai entrar em campo rachado, desunido. E o motivo tem um nome, ou melhor, um sobrenome: Bolsonaro. O ex-presidente ungiu o primogênito Flávio a fim de manter a hegemonia da família no polo reacionário e, claro, livrar-se da condenação por tentativa de golpe de Estado. Em uma situação como essa, só se pode, no fundo, confiar em laços de sangue. Ronaldo Caiado, do PSD, Romeu Zema, do Novo, e Renan Santos, do Missão, desafiam, no entanto, o bolsonarismo, convencidos de que o filho "zero um" é um competidor frágil demais para terminar a campanha de pé.

O quarteto anti-Lula repisa a mesma ladainha contra o presidente e sua administração: o PT tem projeto de poder, não de País, o governo gasta muito e mal, a corrupção e a criminalidade correm soltas, o tarifaço de Donald Trump é culpa nossa, não dos Estados Unidos. Não é muito provável que Flávio, Caiado, Zema e Santos tomem eleitores do petista. E como, segundo as pesquisas, são poucos os indecisos, menos de 5%, o que está em jogo são os votos de gente desgostosa com o governo ou decididamente de oposição. Ou seja, todos pescarão no mesmo aquário. É um dos motivos para a possibilidade de inexistir debate presidencial digno do nome na campanha. Do ponto de vista de Lula, não há motivo para participar, seria ficar na linha de tiro de todos os outros. E, sem o petista, quem não tem razão para dar as caras é Flávio, que, aliás, desmaiou em um debate na tevê ao concorrer a prefeito do Rio de Janeiro em 2016. Segundo Valdemar Cos-

Ines249



Caiado chama Flávio de Kinder Ovo, Zema atua como linha-auxiliar e Santos quer ser o *outsider*

ta Neto, presidente do PL, não faz sentido o senador duelar com concorrentes nanicos, pois, no cenário atual, a disputa se dará entre ele e Lula.

Costa Neto é de uma sinceridade constrangedora ao comentar o quadro eleitoral. Já disse que Flávio não estava preparado para ser candidato. Que ele e a madrasta precisam parar de brigar, pois desestimulam a militância bolsonarista e entusiasmam o PT. Que sem o engajamento de Michelle, do deputado mineiro Nikolas Ferreira e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, o filho "zero um" não vence. O trio não tem feito força pelo presidenciável. Que sem o triunfo do senador, tão cedo o pai não sai da prisão e o irmão Eduardo não volta dos Estados Unidos. A portas fechadas, comentou, dias antes da convenção do PL que lançou a candidatura de Flávio, preferir uma chapa encabeçada pelo senador potiguar Rogério Marinho, ex-ministro de Bolsonaro, com Michele na vice. A propósito: Costa Neto acaba de chamar Gilberto Kassab, manda-chuva do PSD e vice de Caiado, de "desclassificado", mas a explicação não é eleitoral, vem de uma apuração do Supremo Tribunal Federal sobre controle de emendas parlamentares por caciques partidários sem mandato. O liberal foi pego pela Polícia Federal a administrar verba de emendas e disse que todas as legendas fazem isso, explicação negada por Kassab.

O cenário de quatro antipetistas contra Lula na eleição cria uma situação paradoxal, na avaliação de Bruno P. W. Reis, presidente da Associação Brasileira de Ciência Política e professor da Universidade Federal de Minas Gerais. "O Lula pode ganhar no primeiro turno, embora em um segundo turno a disputa venha a ser apertada, não há expectativa de que ele ganhe muitos votos". Segundo Reis, a única chance de Caiado, Zema e Santos estarem em um duelo final contra o atual presidente seria Flávio sair de cena por ordem do pai, em uma articulação que passaria pela promessa de anistia ao capitão, condenado a 27 anos de prisão. Caiado e Zema topam o indulto. Santos não, é quase tão mordaz em relação ao bolsonarismo quanto o é com o lulismo. Sustenta inclusive estar à direita de Flávio. A desistência do "zero um" é para lá de improvável, prossegue Reis. "A política é o ganha-pão da família. Eles vão disputar eleição agora, em 2030, 2034... Há todo um patrimônio acumulado na política pela família", diz o professor.

Bolsonaro e Eduardo, deputado cassado no ano passado por excesso de faltas em Brasília, estão inelegíveis, o resto do clã pode concorrer à vontade, embora Flávio seja alvo de um processo no Supremo por calúnia contra Lula e, na hipótese de condenação, a inelegibilidade será um fantasma. Carlos, o filho "zero dois" e vereador no Rio há 25 anos, disputará o Senado por Santa Catarina. Jair Renan, vereador de primeiro mandato em Balneário Camboriú e caçula do capitão, pretende ser deputado. Michelle, esposa atual e ainda sem experiência nas urnas, deve se candidatar ao Senado por Brasília. Rogéria Bolsonaro, a primeira das três mulheres do capitão e vereadora na capital fluminense de 1993 a 2000, tentará a Câmara dos Deputados pelo Rio. A ideia dela e do filho Flávio era outra: suplente na chapa ao Senado de um político do União Brasil, Márcio Canella, ex-prefeito de Belford Roxo. A rota mudou após Canella dor-

Lula joga parado. As visões de Nunes Marques e Moraes vão definir os rumos da Justiça Eleitoral

REGINA ASSIS, REDES SOCIAIS STF, RICARDO STUCKERT/PR, AGÊNCIA FOTO NOTÍCIA E WASHINGTON COSTA/MINISTÉRIO DA FAZENDA

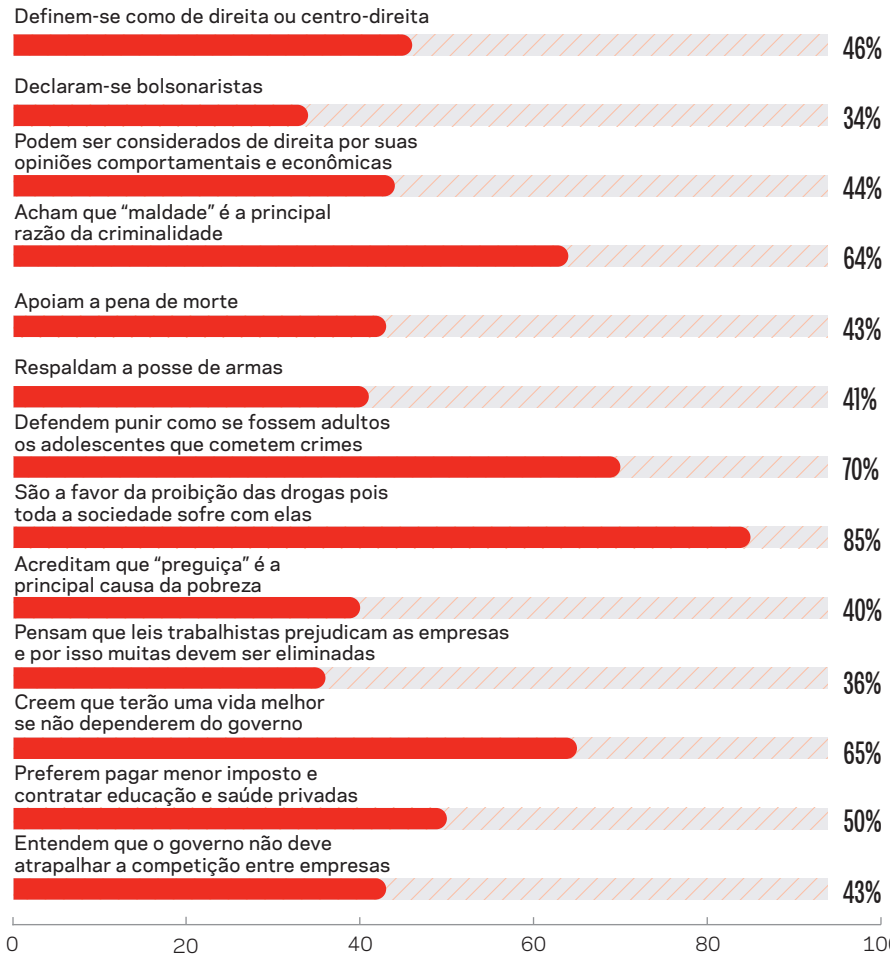
Ines249

mir umas noites na cadeia em julho por ter sido apanhado com um fuzil.

A carreira política fez bem ao bolso do clã, há vários milionários ali. É possível consultar no site do Tribunal Superior Eleitoral o patrimônio de políticos que disputaram cargos eletivos desde 2006. Naquele ano, Bolsonaro era deputado e tinha 400 mil reais declarados. Em 2022, o total chegou a 2,3 milhões. Carlos passou de 260 mil em 2008 para 1,9 milhão em 2024. Eduardo possuía 200 mil ao eleger-se deputado em 2014 e, oito anos depois, 1,7 milhão. Esta quantia foi informada na eleição ao Senado em 2018, a última disputada por ele. O "zero um" havia chegado à Assembleia Legislativa do Rio em 2003 e, na campanha de 2006, possuía 380 mil reais. E na de agora, quanto declarará ao TSE? Durante o governo do pai, comprou uma casa de 6 milhões de reais em Brasília.

Julian Lemos, um dos coordenadores da campanha de Bolsonaro em 2018 e rompido com o clã, diz que Flávio enriqueceu com o capitão no poder e juntou 600 milhões de reais, no mínimo. Eduardo teria alcançado sucesso semelhante e acumulado 150 milhões. O "zero três" está em autoexílio nos EUA desde o ano passado, mora em uma casa confortável pela qual diz pagar aluguel. Seu dinheiro seria fruto de ganhos no mercado financeiro graças a 2 milhões de reais enviados pelo pai quando do autoexílio, afirma. A quantia saiu de uma vaquinha entre apoiadores que rendeu 19 milhões a Bolsonaro entre 2023 e 2024. Há a suspeita de que a vida mansa de Eduardo nos *States* seja bancada com grana do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do finado Master. A Polícia Federal acaba de abrir um inquérito, com aval do Supremo, para investigar repasses de Vorcaro para financiar o filme *Dark Horse*, cinebiografia sobre Bolsonaro. Esses recursos foram parar nos EUA quando Eduardo já morava lá.

UMA RADIOGRAFIA DO DIREITISMO E DO CONSERVADORISMO NO BRASIL*


Definem-se como de direita ou centro-direita
46%
Declaram-se bolsonaristas
34%
Podem ser considerados de direita por suas opiniões comportamentais e econômicas
44%
Acham que "maldade" é a principal razão da criminalidade
64%
Apoiam a pena de morte
43%
Respaldam a posse de armas
41%
Defendem punir como se fossem adultos os adolescentes que cometem crimes
70%
São a favor da proibição das drogas pois toda a sociedade sofre com elas
85%
Acreditam que "preguiça" é a principal causa da pobreza
40%
Pensam que leis trabalhistas prejudicam as empresas e por isso muitas devem ser eliminadas
36%
Creem que terão uma vida melhor se não dependerem do governo
65%
Preferem pagar menor imposto e contratar educação e saúde privadas
50%
Entendem que o governo não deve atrapalhar a competição entre empresas
43%
0
20
40
60
80
100

Fontes: Pesquisa Datafolha de dezembro de 2025 sobre a autodefinição ideológica da população e pesquisa Datafolha de junho de 2026 sobre o enquadramento ideológico dos brasileiros a partir da opinião deles sobre temas comportamentais e econômicos

"A POLÍTICA É O GANHA-PÃO" DO CLÃ BOLSONARO, RESSALTA O CIENTISTA POLÍTICO BRUNO REIS

A revelação do financiamento, descoberto em um áudio de Flávio a Vorcaro, provocou um ataque especulativo contra o plano presidencial do senador por parte da concorrência. Era o mês de maio e o "zero um" estava cabeça a cabeça com Lula nas pesquisas. Em um levantamento do Datafolha de abril, havia empate técnico entre os dois, dentro da margem de erro, tanto no primeiro turno (39% a 35% para o petista) quanto no

Ines249

segundo (46% a 45% para o "zero um"). Idem na rejeição (48% de Lula e 46% de Flávio). O caso Master e a forma mentirosa de Flávio lidar com a crise assanharam os demais presidenciáveis do campo antipetista que imaginaram ser capazes de roubar o posto de principal "anti-Lula" e passaram a fustigar o filho do capitão, a apontar suas debilidades, a conjecturar que mais rolos dele viriam à tona. A crise do financiamento de Vorcaro foi seguida de mais dois dissabores: o "tarifaço 2" de Trump e a briga com a madrasta. A maré não foi suficiente para implodir suas chances, mas o distanciou de Lula, eliminou o empate técnico. No Datafolha de 24 de julho, Flávio aparece com 32% no primeiro turno (ante 40% de Lula) e 43% no segundo (48% do presidente). Os índices de rejeição inverteram-se, o senador pior do que o petista.

O telhado de vidro e o ataque especulativo serviram ainda para afastar da canoa bolsonarista os partidos do "Centrão", alcunha imprecisa para um bloco político clientelista e no fundo ultradireitista. Na prática, significa menos tempo de propaganda na tevê para Flávio. Na campanha passada, o pai tinha o PP e o Republicanos na coligação do PL. Agora o PP está associado ao União Brasil e nenhum deles vai apoiar um presidenciável. A preferência é por ampliar a bancada no Congresso. É o que também explica o fato de Caiado ter um companheiro de chapa do próprio partido, Kassab, e para que o mesmo aconteça no caso de Zema, do Novo. O Republicanos ainda não havia tomado uma decisão até a conclusão desta reportagem, na manhã de 30 de julho. Pertence à legenda o nome predileto de Flávio para a vice, a economista Daniella Marques. Negociações de alianças regionais ainda podiam levar a um casamento de conveniência até o prazo final das convenções partidárias, 5 de agosto. "Flávio não foi a melhor escolha, mas é o que temos para hoje", declarou sem um pingo de entusiasmo o presidente do Republicanos, Marcos Pereira, a uma rádio em 22 de julho.

MARCOS PEREIRA, DO REPUBLICANOS: "FLÁVIO NÃO FOI A MELHOR ESCOLHA, MAS É O QUE TEMOS PARA HOJE"

"Bolsonaro quer impedir a direita de substituí-lo como anti-Lula, não quer ganhar com outro nome, prefere perder com o próprio", diz o cientista político e historiador Christian Lynch, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Depois da primeira vitória do petista, em 2002, diz Lynch, todas as campanhas viram a busca de um "anti-Lula", e o mais bem-sucedido no figurino foi o capitão. Este até reproduziria certos traços do petista, como o carisma, em um espelho invertido. Flávio não tem programa de governo ainda, teoriza o acadêmico, pois vai pegar o de Lula e prometer o contrário. O bolsonarismo pode adotar uma atitude hegemonista no campo reacionário, pois conta com um piso de votos maior do que aquele da concorrência, "uns 15% de fanáticos", segundo Lynch. "A direita é refém do bolsonarismo faz tempo, o Bolsonaro sequestrou-a no início do governo dele, todos os que tentaram ter vida própria foram destruídos, igual o Trump faz nos EUA", afirma.

"A eleição de agora é uma prévia de 2030, por isso não existe união na direita. É um termômetro nesse campo e na comparação com o lulismo", diz a cientista política Lilian Sendretti, pesquisadora do Cebrap, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. A propósito: um analista político de um grande banco diz que o "mercado" pensa dia sim outro também no "pós-Lula" e que para 2030 a aposta seria em Tarcísio de Freitas. Segundo Sendretti, para quem o bolsonarismo tem pretensão hegemonista desde 2018, a campanha no primeiro turno deste ano vai mostrar uma disputa sobre quem representa melhor esse espectro. Com uma peculiaridade: Caiado, Zema e Santos concentrarão críticas em Flávio, não no pai. Não significa, porém, que

CHIP SOMODEVILLA/POOL/AFP

Trump e Netanyahu fazem parte do *dream team* de apoio internacional ao filho 01

Ines249

JAMIL CHADE
Jornalista, correspondente internacional, escritor e integrante do conselho do Instituto Vladimir Herzog

Eleição além-fronteiras

▶ No Brasil, o mapa mundial será desenhado

"Não temos tido sequer um minuto de sossego", afirmou o escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez ao receber em 1982 o Nobel de Literatura em um discurso no qual ele percorre a história de fantasias e dramas da América do Sul. Mais de 40 anos depois, a frase parece ecoar uma vez mais e, no Brasil, será escrito e testado o próximo capítulo dessa história de assédio ao continente.

A eleição no País não vai determinar apenas quem será o novo presidente ou qual a composição do Congresso. O que está em jogo é uma disputa que vai muito além de nossas fronteiras. Vamos definir quem somos no mundo, que projeto de nação queremos. Mas também como a nova ordem global será desenhada. O que vimos nos últimos dias com o envolvimento de Javier Milei, viagens de equipes obscuras de Donald Trump ou mesmo um telefonema de Xi Jinping são sinais escancarados de que há muito mais em jogo na eleição brasileira do que interesses domésticos.

Para o governo de Trump, reafirmar a América Latina como quintal é parte fundamental de sua política externa e estratégia para conter o avanço da influência chinesa pelo mundo. Ao longo dos últimos meses, a ação da Casa Branca em eleições pela região foi determinante para os resultados das urnas. Qualquer ambição de controlar a América Latina entraria, no entanto, para a história como um projeto fracassado se não incluir o Brasil, que representa um terço da população e do território, além de um volume preponderante da economia do continente. Para Washington, portanto, a eleição é o momento definidor dessa estratégia.

Para a extrema-direita global, as urnas no País também são centrais. Sequestrar o Estado brasileiro é fundamental para o plano de refundar o Ocidente a partir de novos valores, ultraconservadores. Ao longo dos últimos anos –e principalmente após a vitória de Trump nos EUA –, o movimento orquestrou uma tentativa de sequestro de organismos internacionais. A tática foi tão simples quanto assustadora. Washington fechou as torneiras a entidades globais e condicionou qualquer retomada de recursos a uma transformação daquelas instituições para que cumpram seus objetivos. Em outras palavras: um sequestro e uma exigência para iniciar qualquer diálogo que permita um resgate da vítima. Mas há um limite. Principalmente no mundo em desenvolvimento. Ter em suas mãos a rede da diplomacia brasileira garante ao movimento reacionário a influência sobre dezenas de países que contam com o Brasil como referência e uma força sedutora substancial nos organismos internacionais e regionais.

O que ocorrer em outubro também terá uma repercussão imediata para o destino de Javier Milei, José Kast e tantos outros líderes sul-americanos de extrema-direita. Ainda que façam oposição ao presidente Lula, todos sabem que suas economias irão à falência se o Brasil optar por romper acordos ou fechar pontes comerciais ou diplomáticas. Na Casa Rosada ou em qualquer outro gabinete presidencial da região, os governos são cientes de que precisam do mercado brasileiro para que suas próprias economias possam prosperar.

Essa é também uma eleição estratégica para a China. Em Pequim, diplomatas questionam de que maneira uma eventual vitória de Flávio Bolsonaro seria decisiva para o novo mapa mundial que se desenha e a ambição de Trump de expulsar qualquer presença chinesa na América Latina. Um Brasil sem forças progressistas significaria um golpe profundo no projeto do BRICS? Um Brasil com um Bolsonaro submisso à Casa Branca significaria o fim do projeto de desdolarizar parte do comércio mundial? Quem teria controle sobre as terras-raras brasileiras? Qual o destino da agenda de desenvolvimento, de combate à fome e das questões climáticas globais com um governo em Brasília que romperia com tratados internacionais? Não há almoço grátis no mundo do poder. Qual seria, portanto, o preço que Trump cobrará de Flávio Bolsonaro para apoiá-lo na eleição?

Nas urnas brasileiras, essencialmente, são rabiscadas as fronteiras estratégicas da disputa entre dois poderes que têm ambições hegemônicas. No fundo, é a própria definição do conceito de soberania e a sobrevivência do direito internacional que estão sendo testados.

As veias abertas da América Latina continuam a sangrar. Um continente que percorre séculos na tentativa de construir um caminho do outro lado do colonialismo. A esperança é que essas veias também resistam. Uma resistência que terá no Brasil um de seus capítulos mais críticos de nossa geração. Com disputas por terras, violência e ingerências que repetem algumas das cenas mais tristes de um continente exausto, a história global do século XXI tem sido taquigrafada uma vez mais no Brasil. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Ines249

dará certo, pelo fato de o senador carregar o sobrenome "Bolsonaro", que é popular e aglutinador de várias forças anti-Lula, daí a resiliência do "zero um" nas pesquisas apesar das crises. "Caiado e Zema podem também levantar a bandeira de uma direita moderada e dizer que já foram governadores, têm um legado, enquanto o Renan vai ressaltar que é o único diferente, de fora do 'sistema'", afirma.

Na convenção do PSD, Caiado ressaltou sua gestão em Goiás nos últimos oito anos, reclamou da "polarização" entre bolsonarismo e lulismo e criticou igualmente o presidente e o "zero um". Convencido de que o caso Master sepultou as chances de Flávio e fez deste o rival ideal do petista, Caiado, direitista fora do armário há tanto tempo quanto Jair, guardou palavras especiais para o senador. "É o candidato Kinder Ovo, uma surpresinha todo dia", declarou na convenção. "Vocês já viram frango de granja, aqueles candidatos que não têm como explicar qualquer coisa, que falam assim, 'eu chamo o papai, vou ler uma carta dele'? (...) Não, o Caiado é galo de terreiro." Quando da revelação dos laços de Flávio e Vorcaro, Zema havia classificado de "imperdoável" a relação. Depois amansou, o Novo, sua sigla, depende de alianças estaduais com o PL para superar a cláusula de barreira e eleger deputados. Na convenção, limitou-se a criticar Lula e o Supremo e a exaltar a própria experiência administrativa em Minas Gerais em oito anos. Funcionou como linha-auxiliar do bolsonarismo, do qual dependeu para chegar a governador em 2018.

E Renan Santos? Tem apontado o isolamento político de Flávio e um discurso de uma nota só do rival, o medo da permanência de Lula. Ele atacou o senador por causa da recente reunião com embaixadores estrangeiros na qual o "zero um" pôs em dúvida a confiança das urnas eletrônicas, uma estratégia do

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, preferido do mercado para 2030, tem dispensado um apoio calculado a Flávio

pai em 2022. É como escreveu certa vez um blogueiro da extrema-direita norte-americana, Curtis Yarvin, codinome Mencius Moldbug, conforme relatado no livro *Os Engenheiros do Caos*: "Por vários ângulos, o absurdo é uma ferramenta organizacional mais eficaz que a verdade (...) Qualquer um pode crer na verdade, enquanto acreditar no absurdo é uma real demonstração de lealdade – e que possui um uniforme, e um exército." Isolado e com a necessidade de juntar a tropa para seu clã não perder a hegemonia no direitismo, Flávio recorreu ao absurdo e à mentira.

Na convenção, apelou a Javier Milei, presidente argentino, que estava no palco, e a Benjamin Netanyahu, premiê de Israel, que apareceu em um vídeo. Flávio, Trump, Milei e Bibi: "o *dream team*" para Lula enfrentar nas urnas, comenta com ironia um colaborador presidencial. No evento do PL, Milei causou uma crise diplomática, que o governo brasileiro tenta atenuar de forma a não contaminar as relações econômicas entre as duas nações no Mercosul. O "libertário" insultou Lula ("presidiário") e Alexandre de Moraes ("lixo careca"), juiz do Supremo. Foi denunciado à Justiça argentina por advogados de lá, por gastar verba pública em uma viagem de interesse particular. Aqui, o PT quer que o Ministério Público Eleitoral investigue se dinheiro estrangeiro bancou a convenção liberal, ato ilegal. Na volta Buenos Aires, Milei afirmou, sem provas, que o governo brasileiro financiou uma campanha midiática contra a Argentina após a Copa. "Ele está com problemas internos e tentou mudar de assunto. Sabia que os peronistas iam sair em defesa do Lula e que há um sentimento anti-Argentina aqui no Brasil visto na Copa. Para ele foi bom, para o Flávio foi um desastre", diz Lynch.

LILIAN SENDRETTI, DO CEBRAP: "A ELEIÇÃO DE AGORA É UMA PRÉVIA DE 2030"

A presença de Bolsonaro na convenção do PL, por meio de um vídeo feito por inteligência artificial, tem chance de terminar em "desastre" também. Pode ser caracterizada como um desafio do clã às restrições impostas pelo Supremo ao capitão no cumprimento da pena. Se o condenado sabia do vídeo, violou as restrições e poderá ser obrigado a deixar a prisão domiciliar e voltar à cela comum. Se não sabia, aí foi Flávio quem infringiu normas do TSE que proíbem as chamadas *deepfakes*, simulações da realidade feitas via computação. Alexandre de Moraes cobrou explicações da defesa do ex-presidente: ele sabia do uso do vídeo e autorizou? Os advogados disseram que não. O PT provocou o TSE. O presidente do tribunal, Kassio Nunes Marques, e o vice, André Mendonça, chegaram ao STF pelas mãos de Jair e é a cadeira deles no Supremo que os catapulta à Corte eleitoral. Há no STF, porém, quem esteja a, digamos, vigiar Marques, para que este não jogue a favor do clã do padrinho durante as eleições. •

SERGIO LIMA/AFP

Ines249

MARJORIE MARONA
Professora do Departamento de Estudos Políticos da UNIRIO. É coautora de *A Política no Banco dos Réus: a Operação Lava Jato e a Erosão da Democracia no Brasil*

O avatar e o árbitro

▶ O TSE precisa decidir se vai respeitar a regra criada pela própria Corte a respeito do uso de IA

No sábado 25, no Pacaembu, a convenção que oficializou a candidatura de Flávio Bolsonaro à Presidência exibiu num telão um vídeo no qual a imagem e a voz de Jair Bolsonaro, recriadas por Inteligência Artificial, diziam-se "preso e calado por uma decisão injusta e arbitrária" e pediam ao público que recebesse o filho "de braços abertos", como quem foi escolhido para substituí-lo. A peça avisava, logo de início, que era uma simulação.

Esse aviso é o ponto. Ele desarma a pergunta com que nos habituamos a enfrentar a IA nas eleições – o conteúdo é falso? – e nos obriga a outra, bem mais difícil: uma simulação assumida pode exercer, em nome de alguém, uma função política que essa pessoa está juridicamente impedida de exercer?

Convém resistir tanto ao pânico quanto à banalização. A pesquisa comparada disponível não sustenta que um vídeo sintético isolado decida eleições. O efeito mais consistente é outro e mais insidioso: a IA barateia, acelera e multiplica a produção de comunicação política e, ao tornar tudo potencialmente fabricável, corrói a capacidade coletiva de distinguir o autêntico do falso. Daí o "dividendo do mentiroso". Não é preciso que o eleitor acredite na mentira, basta que fique em dúvida sobre a verdade. O dano relevante é menos ao eleitor individual do que ao ambiente informacional que sustenta a competição.

O episódio brasileiro acrescenta, porém, uma camada nova. Não se trata de falsificar uma declaração para prejudicar um adversário, e sim de fabricar uma presença. Um líder condenado e em prisão domiciliar, proibido de se manifestar politicamente inclusive por meio de terceiros, comparece à convenção como avatar, reivindica a própria vitimização e transfere capital eleitoral ao herdeiro. A tecnologia deixa de ser instrumento de engano e passa a ser prótese de existência pública.

O desenho normativo do TSE já antecipava parte do problema. A Resolução 23.610/2019, alterada em março deste ano pela Resolução 23.755/2026, faz uma distinção inteligente: IA na propaganda é permitida, desde que identificada de forma clara, mas conteúdo sintético que crie, substitua ou altere imagem ou voz de uma pessoa para favorecer ou prejudicar candidatura está vedado. Note-se que a vedação não é afastada pela rotulagem nem pela autorização de quem é representado. Transparência é necessária, mas insuficiente.

O difícil começa agora, na aplicação. E aqui está a peculiaridade brasileira que costuma escapar ao debate público. A literatura comparada sobre governança eleitoral separa três funções: escrever as regras, administrá-las e julgar os conflitos que delas resultam. Na maior parte das democracias essas funções estão distribuídas entre órgãos distintos. No Brasil, as três se concentram na Justiça Eleitoral. Foi o TSE que redigiu a resolução, é o TSE que fiscaliza a propaganda e será o TSE, na representação apresentada pela federação PT-PCdoB-PV e relatada por Kassio Nunes Marques, que dirá se a norma que ele mesmo escreveu foi violada. Essa concentração nos deu agilidade e capacidade técnica raras no mundo, mas expõe o tribunal, sem qualquer intermediação, ao desgaste de cada decisão.

O que transforma o caso em teste, e não em mera controvérsia, é que a polêmica rende justamente a quem a provocou. O PL dispõe de assessoria jurídica sofisticada. A decisão de exibir o vídeo dificilmente foi ingênua. Se o tribunal punir, confirma a tese de perseguição que o próprio avatar encenou. Se não punir, esvazia a regra e sinaliza que a proibição alcança o conteúdo anônimo e ofensivo, não a simulação favorável produzida pela campanha. É a armadilha clássica das estratégias de confronto institucional: converter o árbitro em adversário e a arbitragem em prova da acusação.

Não há saída elegante, mas há saídas melhores e piores. A melhor não passa por decidir depressa e com força, e sim por decidir de modo fundamentado, proporcional, público e revisável, explicando por que uma simulação identificada ainda assim viola a norma e como este caso se distingue da paródia, da sátira e da crítica ácida, que precisam permanecer protegidas. A mesma régua será usada, em poucas semanas, contra todos os lados. Uma autoridade eleitoral empurrada para o papel de árbitra geral da verdade política perde a autoridade que a torna útil.

Vale lembrar, por fim, que o Judiciário não pode ser a única resposta: fiscalização em escala, obrigações efetivas para plataformas, transparência sobre redes coordenadas e imprensa capaz de verificar em tempo hábil integram a mesma engenharia de integridade eleitoral. E nada disso se resolve por sentença. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Ines249

Os reis do gado

AS FRAGILIDADES DE FLÁVIO BOLSONARO NÃO SE CONVERTEM EM OPORTUNIDADES AOS CLONES

por LEONARDO AVRITZER*

O fim de semana anterior foi marcado pelas convenções de dois pré-candidatos à Presidência da República: o candidato do Partido Liberal, Flávio Bolsonaro, e o candidato do Partido Social Democrático, Ronaldo Caiado. As duas convenções apontam para a enorme fragilidade da direita brasileira, esteja ela dividida ou não. De um lado, é evidente que, unida, a direita poderia ter maiores chances eleitorais. Por outro lado, os próprios fatores que explicam sua desunião, entre eles a evidente falta de liderança do candidato do PL, são características decisivas que marcarão o pleito de 2026.

Flávio Bolsonaro chegou à convenção do PL enfrentando três problemas, nenhum dos quais conseguiu resolver. Em primeiro lugar, havia o conflito com a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que implicou em uma série de trocas públicas de vídeos. Inicialmente, Flávio não buscou solucionar a crise e, posteriormente, optou por um pedido de desculpas frio e distante, insuficiente para convencer a ex-primeira-dama a comparecer à convenção. Em segundo lugar, enfrenta dificuldades na relação com diferentes setores do centro-direita que optaram por não formar uma coligação com o Partido Liberal, sendo o Progressistas o caso mais relevante. Em terceiro, o candidato chegou à convenção sem um nome para a vice-presidência e saiu dela exatamente na mesma situação.

A esses problemas, Flávio Bolsonaro acrescentou outro, que tinha alguma relevância, mas que provavelmente se tornará ainda mais significativo: a crescente dúvida sobre quais são suas fidelidades e sobre o grau de compromisso dele e do bolsonarismo com os interesses da Nação. A fotografia de Flávio Bolsonaro ao lado do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, antes da imposição de tarifas ao Brasil, já havia desgastado a imagem do candidato que posteriormente retornou aos Estados Unidos para solicitar o adiamento dessas sanções. O discurso de Javier Milei durante a convenção ultrapassou, no entanto, qualquer limite de razoabilidade. Não apenas pelo fato de um chefe de Estado estrangeiro ter participado do evento, o que, por si só, pode não ser completamente atípico, mas sobretudo porque dois dos três poderes da República foram atacados e insultados durante a convenção do PL, sob aplausos entusiasmados de parte expressiva dos presentes. Assim, esse episódio amplia as dúvidas sobre as fidelidades de Flávio Bolsonaro e de seus apoiadores no que se refere aos interesses do Brasil.

O CHEFE DO CLÃ MANTÉM CATIVA UMA PARCELA DO ELEITORADO

No domingo 26, foi a vez da convenção do PSD, que oficializou o ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado, como candidato à Presidência da República. Caiado enfrenta o desafio central de ultrapassar a faixa de 5% a 6% das intenções de voto registrada nas pesquisas Datafolha e Quaest desde o início do ano. Sua maior exposição pública não foi suficiente para alterar esse quadro, apesar de reunir, em princípio, duas vantagens relativas em comparação com Flávio Bolsonaro. A primeira é apresentar uma rejeição significativamente menor. A segunda decorre do fato de ter exercido o governo de Goiás e ter deixado o cargo com elevados índices de aprovação.

Caiado, entretanto, enfrenta um problema semelhante àquele de outros candidatos à Presidência da República que alcançaram elevados índices de aprovação em seus estados, mas cujas unidades da federação representam uma parcela relativamente pequena do eleitorado nacional. Ou seja, a aprovação conquistada em Goiás não é suficiente para conferir

Ines249

MATEUS BONOMI/ANADOLU/AFP

Jair Bolsonaro, em carne e osso ou em IA, transfere votos e quer mantê-los como herança da família, transmitida de geração em geração

ao candidato uma vantagem significativa nas pesquisas de intenção de voto em âmbito nacional.

Seu principal trunfo eleitoral parece residir no fato de que algumas pesquisas, especialmente a da Ideia, o apontam como a segunda opção entre os eleitores bolsonaristas. Em determinados cenários, ele poderia receber o apoio de cerca de 60% dos eleitores que pretendem votar em Flávio Bolsonaro, caso essa candidatura venha a naufragar. Ainda assim, convém destacar um aspecto fundamental: os votos do bolsonarismo são cativos. Até o momento, embora parte desses eleitores afirme que poderia migrar para outro candidato, tudo indica que essa mudança dificilmente ocorreria sem a autorização de Jair Bolsonaro. Assim, a candidatura de Caiado enfrenta o desafio imediato de romper a barreira dos 10% das intenções de voto para, ao menos, se tornar uma alternativa a Flávio Bolsonaro. Até o momento, contudo, nada indica que isso irá acontecer.

As convenções da extrema-direita mostram os dilemas que esse campo enfrentará nas eleições de 2026. De um lado, nenhuma candidatura se mostra suficientemente forte, e ambas apresentam distintas mazelas. No caso de Flávio Bolsonaro, a principal fragilidade reside em uma gestão absolutamente deficiente da campanha, marcada por um conjunto de conflitos que ele não foi capaz de arbitrar e por alianças potenciais que não conseguiu viabilizar. Nesse sentido, sua candidatura expressa o principal trunfo do bolsonarismo: a resiliência de um certo eleitorado no Brasil e a capacidade da família Bolsonaro de manter o controle sobre esse segmento. Nada indica, contudo, que esse controle seja suficiente para se converter em maioria eleitoral.

No caso de Caiado, tudo indica que sua candidatura enfrentará grandes dificuldades para decolar, apesar de as pesquisas, já mencionadas, apontarem a disposição de parte do eleitorado em optar por seu nome caso a candidatura de Flávio Bolsonaro se torne inviável. O problema, todavia, é que tanto Flávio quanto o bolsonarismo, de maneira geral, não parecem dispostos a desistir da disputa. Ao mesmo tempo, Caiado tampouco demonstra capacidade de ampliar seu desempenho eleitoral de forma independente do bolsonarismo.

Nesse contexto, o presidente Lula inicia sua campanha de maneira relativamente tranquila, em um país e em uma conjuntura nos quais sabemos que essa tranquilidade pode se desfazer a qualquer momento em razão de eventuais escândalos ou reviravoltas políticas. Esse é o cenário apontado pelas pré-convenções. •

**Professor aposentado do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Minas Gerais e coordenador do Observatório das Eleições.*

Ines249

Pela Curva do S

REPÓRTER BRASIL Trinta anos depois, perguntas sem resposta ainda circundam o massacre de Eldorado do Carajás

POR DANIEL CAMARGOS*

Pouco mais de duas semanas após o massacre de Eldorado do Carajás, em 17 de abril de 1996, um gerente de fazenda desembarcou em Brasília sob proteção da Polícia Federal. Dizia carregar uma informação que, se confirmada, mudaria o rumo da investigação. Tratava-se de Ricardo Marcondes de Oliveira, então com 30 anos. Em depoimentos à PF, ao Ministério Público e à Justiça, ele relatou a organização de proprietários rurais da região para arrecadar dinheiro destinado a financiar a operação policial que, há três décadas, terminou com 19 trabalhadores sem-terra mortos na Curva do S, na Rodovia PA-150, no sudeste do Pará. Outros dois morreram posteriormente, em decorrência dos ferimentos.

O plano teria surgido poucos dias antes do massacre. O valor giraria em torno de 85 mil reais, cerca de meio milhão em valores atualizados, e seria repassado ao comando do 4º Batalhão da Polícia

Ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 38
Minas Gerais. Justiça decreta intervenção para conter crise humanitária do povo Maxakali

FERNANDO MARINHO/REPÓRTER BRASIL E JOSÉ ROBERTO RIPPER/IMAGENS HUMANAS

Memória. Caixões dos sem-terra mortos pela polícia em Marabá em abril de 1996. A escola Oziel Alves Pereira leva o nome de uma liderança do MST assassinada

Militar. Segundo Oliveira, "dez integrantes do MST deveriam morrer" durante a operação. O relato foi anexado aos autos, mas acabou descartado. Essa "vaquinha" é uma das pontas soltas do Massacre de Eldorado do Carajás, ainda cercado de perguntas três décadas depois. A *Repórter Brasil* ouviu personagens ligados à chacina e analisou milhares de páginas dos autos judiciais do caso. Além do rateio, permanecem sem resposta o telefonema de um suposto funcionário da então estatal Vale para a empresa responsável por transportar parte da tropa e as pressões de fazendeiros antes da operação.

Em dissertação defendida em 2016 na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, o advogado José Batista, da Comissão Pastoral da Terra, contextualiza o massacre como parte de uma mudança na dinâmica dos conflitos fundiários no Pará. As ocupações passaram a mobilizar grandes acampamentos em áreas pressionadas pela expansão da mineração e pela valorização das terras no entorno de Carajás. Em uma região marcada pela Guerrilha do Araguaia e pela repressão militar no campo, essas ocupações passaram a ser tratadas como uma ameaça política.

Semanas antes do massacre, Oliveira havia assumido a administração da Fazenda São Carlos, em Xinguara (PA), área marcada por conflitos por terra e atuação de pistoleiros. Segundo seu relato, ele foi procurado pelo proprietário da Fazenda Macaxeira para participar da "vaquinha" destinada a encerrar o bloqueio do MST na PA-150. O gerente afirmou ter recusado a proposta.

As famílias acampadas reivindicavam a desapropriação da área havia meses e marchavam em direção a Belém para pressionar o governo estadual e o Incra, órgão federal responsável pelo assentamento de famílias sem-terra. A denúncia

Os autos do processo têm lacunas sobre o financiamento da operação, a logística policial e a pressão dos fazendeiros da região

Ines249

teve repercussão imediata. Em 4 de maio de 1996, a *Folha de S.Paulo* noticiou que a Polícia Federal já reunia os nomes de cerca de 20 fazendeiros suspeitos de participar da arrecadação. O relato também levou o ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann, a suspender a compra da Fazenda Macaxeira pelo Incra.

O coronel Mário Colares Pantoja e o major José Maria Pereira Oliveira foram condenados por homicídio pela condução da operação policial. Os dois comandavam as tropas responsáveis pelo avanço sobre os trabalhadores na PA-150. Nenhum dos outros 153 policiais presentes na ação foi sentenciado. A denúncia sobre outros possíveis envolvidos nunca foi comprovada nos autos.

Após denunciar a "vaquinha" dos fazendeiros, Oliveira relatou ameaças feitas por um homem armado. Dias depois, já em Marabá, disse ter visto o mesmo homem ao lado de outro indivíduo, tido como um pistoleiro ligado a proprietários de terra da região e vestido com farda da Polícia Militar no dia do massacre.

A versão entrou nos autos do processo judicial. O gerente foi ouvido em Brasília, Belém e no sudeste do Pará. Em acareação formal, o proprietário da Fazenda Macaxeira, apontado por Oliveira como autor da sugestão de uma ação conjunta para desobstruir a rodovia, negou integralmente as acusações e qualquer proposta de arrecadação. Oliveira manteve sua versão. Para a *Folha de S. Paulo*, em novembro de 1996, o proprietário da Fazenda Macaxeira afirmou ter sido vítima de um "massacre moral". Procurado pela *Repórter Brasil,* não respondeu.

Ao cabo, a investigação se voltou contra o denunciante. A Polícia Civil apontou contradições em seus relatos, inclusive sobre o período em que trabalhou na região, e reuniu informações sobre processos por estelionato, sequestro e cárcere privado aos quais ele respondia em Goiás. Antes da conclusão das investigações, Oliveira fugiu do programa de proteção da PF.

Após denunciar um rateio entre fazendeiros para custear a operação policial, o gerente de fazenda sofreu ameaças e acabou indiciado por falso testemunho

A denúncia teve ampla repercussão, incluindo uma exaustiva investigação do *Correio Braziliense*, primeiro veículo a entrevistar o denunciante. Posteriormente, o episódio voltou a ser citado em outros trabalhos, entre eles a dissertação do advogado José Batista, da CPT, e o livro-reportagem *O Massacre: Eldorado do Carajás – Uma História de Impunidade* (Ed. Record, 2019), de Eric Nepomuceno.

Sem provas materiais que confirmassem a denúncia, a Polícia Civil indiciou Oliveira por falso testemunho. O Ministério Público solicitou novas diligências. Trinta anos depois, a apuração sobre a "vaquinha" segue sem um desfecho conclusivo: nem a acusação foi comprovada, nem os cerca de 20 nomes reunidos pela Polícia Federal resultaram em qualquer indiciamento. Procurado repetidas vezes por meio de contatos de uma empresa a ele vinculada, Oliveira não respondeu aos pedidos de entrevista até a publicação desta reportagem.

Na manhã de 17 de abril de 1996, parte da tropa da Polícia Militar enviada à Curva do S embarcou em ônibus da Transbrasiliana, empresa responsável pelo transporte rodoviário na região. O uso de veículos civis para o deslocamento de policiais não era incomum. Um episódio ocorrido na véspera do massacre, no entanto, chamou a atenção dos investigadores.

Em depoimento prestado em 23 de abril daquele ano, o gerente da Transbrasiliana, Gumercindo José Marra de Castro, relatou ter recebido, na véspera do massacre, um telefonema de um homem que se apresentou como funcionário da então estatal Companhia Vale do Rio Doce. Identificado apenas como "James", o interlocutor teria solicitado dois ônibus

Ines249

Após a tragédia. O assentamento 17 de Abril abriga sobreviventes do massacre. E o lago hoje usado para lazer onde foi detectada contaminação por chumbo

FERNANDO MARINHO/ REPÓRTER BRASIL

para o 4º Batalhão da PM, em Marabá.

De acordo com o relato, os veículos chegaram a ser mobilizados, mas retornaram à garagem da empresa sem serem utilizados. No dia seguinte, já com a operação em andamento, a Polícia Militar requisitou formalmente dois ônibus da mesma empresa. Os veículos foram usados para transportar a tropa até a Curva do S, e o pagamento pelo serviço, segundo documentos do processo, foi feito pela corporação. James, o suposto funcionário da Vale, nunca foi identificado. Nos autos, não há registro de diligências para apurar a autoria do telefonema. Procurado em Marabá, Castro respondeu, por mensagem, que já havia dito tudo em seu depoimento oficial e que, em razão de problemas de saúde, não se recordava de outros detalhes.

A dúvida também aparece nos depoimentos do tenente-coronel Manoel Mendes de Melo, então subcomandante do 4º Batalhão. Ouvido pela Polícia Civil poucos dias após o massacre, ele atribuiu a cessão dos ônibus à Vale. Dias depois, em novo depoimento, voltou a mencionar o transporte, mas sem especificar quem o havia fornecido. Mais de um ano depois, já na fase judicial do processo, apresentou outro relato: disse não saber quem havia disponibilizado os veículos e afirmou que o pagamento fora feito pela própria Polícia Militar, com base em informação que, segundo ele, recebera posteriormente do coronel Mário Colares Pantoja. Como justificativa para as versões divergentes, afirmou que a Vale disponibilizava com frequência veículos para o transporte de tropas na região.

Questionado em juízo, Castro também mencionou essa prática. Segundo ele, a estatal costumava requisitar veículos da Transbrasiliana para o transporte de policiais. Como exemplo, citou a operação Serra Leste, na qual mais de 60 ônibus teriam sido colocados à disposição da Polícia Militar.

A Vale afirmou à reportagem que "não teve qualquer relação com o chamado 'Massacre de Eldorado do Carajás'". A empresa foi citada no inquérito, mas não chegou a ser indiciada. Procurada novamente para responder a perguntas específicas sobre o telefonema de "James", a origem dos ônibus, os convênios com a PM e os conflitos anteriores com o MST, optou por não se manifestar.

A Serra Leste fica ao lado de Serra Pelada, a mítica jazida de ouro explorada durante a ditadura, a cerca de 50 quilômetros da Curva do S. Em 1996, quatro anos após o fim oficial do garimpo, trabalhadores ainda reivindicavam direitos sobre as áreas exploradas, enquanto a Vale avançava com projetos minerais na região. Trinta anos depois, a antiga cava deu lugar a um lago usado para passeios de *jet-ski*. Na vila, ex-garimpeiros passam as tardes relembrando a corrida do ouro. O fim da atividade deixou milhares de homens sem trabalho fixo e sem outra profissão.

Em 1983, o repórter Ricardo Kotscho encontrou em Serra Pelada uma cratera aberta por milhares de homens trabalhando manualmente dentro da lama. Viu filas de carregadores subindo encostas escorregadias com sacos de cascalho nas costas. Conhecidos como "formigas", os diaristas transportavam cerca de 30 quilos por vez

Ines249

entre o fundo da cava e os depósitos de rejeito, por uma escada imensa apelidada de "Adeus, mamãe". A reportagem, publicada pela *Folha de S.Paulo*, mais tarde deu origem ao livro *Serra Pelada – Uma Ferida Aberta na Selva* (Ed. Brasiliense, 1984). No garimpo, conviviam donos de barranco, intermediários, comerciantes, policiais, agentes federais e milhares de homens submetidos a um trabalho braçal extremo.

No texto, Kotscho também registrou a disputa política em torno da cava. De um lado, estava a Docegeo, subsidiária da Vale, que detinha os direitos sobre a jazida. De outro, o governo federal, que via o garimpo como uma forma de absorver parte da tensão social no sul do Pará, região marcada por conflitos fundiários, migração desordenada e forte presença militar. Quando o Estado passou a intervir diretamente no garimpo, a PF cercou a área, órgãos federais começaram a operar dentro da cava e o major Sebastião Curió assumiu o controle político do local. "Nada se resolvia sem sua palavra", escreveu Kotscho. Antes de comandar Serra Pelada, Curió havia atuado na repressão à Guerrilha do Araguaia como agente do Centro de Informações do Exército. A operação militar terminou com desaparecimentos, execuções e ocultação de corpos de guerrilheiros e camponeses no sul do Pará.

Treze anos depois, quando trabalhadores sem-terra bloquearam a PA-150 na Curva do S, Serra Pelada já não representava a promessa de enriquecimento rápido, mas ainda reunia milhares de homens sem trabalho fixo. Ao lado do antigo garimpo, a Vale avançava com projetos de exploração em Serra Leste. Luiz Lima de Oliveira, ex-garimpeiro de Serra Pelada e atual dirigente do MST na região, atribui ao fim da atividade o ingresso de parte dos trabalhadores na luta pela terra. "Quando o garimpo acabou, ficou uma multidão de gente sem rumo. Nós tínhamos passado a vida ali dentro, sem estudo, sem outra profissão", lembra. Ele ingressou no MST em 1995, em meio às disputas por áreas que também sofriam a pressão da expansão mineral.

"A terra virou o grande ativo econômico da região", observa Pablo Neri, dirigente estadual do MST. Filho de militantes que participaram da marcha de 1996, ele cresceu em Palmares 2, assentamento na região de Carajás. "Quem luta por terra aqui acaba entrando em conflito com a mineração", diz. Na avaliação de Batista, da CPT, a disputa fundiária não se explicava apenas pela concentração de terras. A implantação dos projetos minerais da Vale valorizou as áreas no entorno das minas e atraiu fazendeiros e investidores interessados na especulação imobiliária.

Em fevereiro de 1996, garimpeiros impediram a entrada de funcionários da Vale em uma área onde a empresa teria identificado uma nova jazida. Uma semana após o massacre, cerca de mil garimpeiros ocuparam o local de pesquisa mineral, paralisaram sondas e bloquearam as atividades. Em outubro, uma operação da PF e do Exército abriu caminho para a retomada dos trabalhos da empresa. "A polícia sempre agia como se fossem funcionários da empresa, para defender os interesses da mineradora de forma intransigente", afirma Batista, em entrevista à *Repórter Brasil*. Segundo ele, as ações do MST passaram a ser tratadas prioritariamente como caso de polícia, e não como expressão de um conflito agrário.

Documentos do próprio inquérito registram conflitos anteriores. Em junho de 1994, cerca de 2 mil famílias do MST ocuparam parte da concessão da Vale na Serra dos Carajás para pressionar pela destinação de terras a assentamentos. Três dias depois, mais de 50 policiais, com apoio da segurança patrimonial da empresa, realizaram a retirada dos ocupantes. Meses mais tarde, outra ação policial contra trabalhadores na região terminou com agressões e detenções. Segundo representação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, a mineradora mantinha convênio com a Polícia Militar do Pará e custeava parte das despesas do destacamento de Parauapebas. Entre 1995 e 1996, a empresa repassou cerca de 641 mil dólares à unidade policial que atuava na região de Carajás.

Nos dias anteriores ao massacre, a PA-150 permaneceu bloqueada por mi-

Outra dúvida nos autos do processo é se a Vale cedeu ou não ônibus para as tropas da PM

Ines249

Personagens. Gouveia, Oliveira e Moreira, parte de uma história inconclusa

FERNANDO MARINHO/REPÓRTER BRASIL

litantes do MST durante quase duas semanas. A interdição ocorria na Curva do S, trecho estratégico para o escoamento da produção no sudeste do Pará. Produtores rurais, comerciantes e empresários pressionavam o governo por uma solução rápida. Em pesquisa baseada em documentos do período, Batista descreve reuniões de fazendeiros e debates sobre estratégias para enfrentar o movimento.

Em 14 de março de 1996, cerca de 50 fazendeiros da região assinaram a *Carta de Marabá*. O documento criticava a postura do governo diante dos trabalhadores acampados e cobrava uma intervenção para retirar o MST das áreas ocupadas. No mesmo dia, o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará anunciou a ida de representantes dos fazendeiros a Belém para exigir uma resposta mais enérgica. A reunião com o então governador Almir Gabriel (PSDB) ocorreu no fim de março. Segundo a pesquisa de Batista, os pecuaristas ameaçaram pegar em armas caso o Estado não contivesse as ações do MST. Após o encontro com os ruralistas, o governo interrompeu os canais de negociação com os sem-terra.

Dentro da PM, um ambiente de repressão planejada também tomava forma. Em março de 1996, o serviço reservado da corporação produziu um relatório. O documento descrevia a situação como de "iminência de guerra civil", defendia o uso de "táticas militares" e considerava insuficientes os procedimentos policiais de rotina em eventuais enfrentamentos. Outro relatório do serviço reservado, revelado pelo *Jornal do Brasil* após o massacre, apontava três trabalhadores sem-terra como responsáveis pela morte de um capitão: Oziel Alves Pereira, Raimundo Lopes Pereira e Manuel Gomes de Souza. Os três estão entre os 19 mortos na Curva do S. Sob pressão da imprensa, a PM também admitiu a presença de dois policiais infiltrados no movimento entre os detidos levados da estrada para o quartel.

Na véspera do massacre, representantes do MST conversaram com autoridades sobre a possibilidade de levar os trabalhadores até Marabá. A proposta incluía ônibus, alimentação e uma mesa de negociação com o governo. Segundo Batista, após a manutenção do bloqueio, a interlocução com o movimento foi encerrada. A ordem passou a ser a desobstrução da rodovia "a qualquer custo", expressão atribuída ao coronel Pantoja na ação penal.

Antes de seguir para a Curva do S, Pantoja descartou qualquer meio pacífico de dissuasão. De acordo com os autos, ele orientou o major Oliveira a avançar ao ouvir os primeiros tiros "do lado de Marabá": os disparos seriam o sinal combinado para o início da operação. Na tropa de Parauapebas, o arsenal foi distribuído sem o registro de cautela necessário para vincular cada projétil à arma e ao policial responsável. A falha impediu a identificação individual dos autores dos disparos. A PM foi procurada para comentar a logística, a presença de agentes infiltrados e o planejamento da operação, mas não respondeu até o fechamento desta reportagem.

Para Diego Diehl, professor da UnB e pesquisador sobre a memória dos massacres no campo, o caso estabeleceu responsabilidades individuais, mas não reconstruiu completamente o episódio. "O caso do Massacre de Eldorado do Carajás precisa de uma comissão da verdade", afirma. A proposta seria revisar documentos, ouvir novamente testemunhas e reunir informações dispersas pelas investigações.

A Curva do S continua sendo um lu-

Ines249

Para não esquecer. No assentamento 17 de Abril, as paredes mantêm vivas as lembranças da chacina na Curva do S

gar de passagem. O trecho da PA-150 fica a cerca de 100 quilômetros de Marabá, nas proximidades de Eldorado do Carajás. Caminhões cruzam a estrada esburacada o tempo todo. À margem da rodovia, um grande posto de combustível funciona dia e noite. No meio da tarde, o restaurante é quente, tomado por moscas e música alta.

Às vésperas dos 30 anos do massacre de Eldorado do Carajás, jovens do MST montavam um acampamento ao lado da estrada, pintavam um muro e organizavam atividades culturais enquanto aguardavam uma marcha até a Curva do S. Uma pequena construção vermelha abriga o memorial. Nas paredes, fotografias de Sebastião Salgado dividem espaço com bandeiras e homenagens aos mortos.

Na manhã de 17 de abril de 1996, a polícia chegou pelos dois lados da estrada. Primeiro, lançou bombas de gás e disparou balas de borracha. Depois, vieram os tiros com munição real. "Aí apareceu sangue", diz Haroldo de Jesus Oliveira, então com 17 anos. Quando os disparos começaram, muitos trabalhadores tentaram se proteger na mata.

Raimundo dos Santos Gouveia também correu. Ao recordar a fuga, descreve a tentativa de proteger a família. "Agarrei um dos meus filhos, minha mulher, o outro, e nós caímos pro mato", diz. De dentro da vegetação, ouviu os gritos. "O povo gritava 'não me mata, não me mata', e eles atirando."

José Carlos Moreira tinha 18 anos quando foi atingido no olho direito na Curva do S. "O policial apontou na minha cara. Na testa, para matar", lembra. A bala nunca foi retirada. Hoje, aos 48 anos, convive com dores, faz hemodiálise três vezes por semana e não consegue trabalhar. Ainda assim, não guarda mágoa de quem atirou: "Se eu encontrasse o policial, eu chamava ele pra comer uma galinha caipira mais eu. Porque pelo menos ele me deixou vivo".

Diego Diehl, professor e pesquisador da UnB, propõe uma "comissão da verdade" para investigar o massacre

No assentamento 17 de Abril, criado na antiga Fazenda Macaxeira, a memória do massacre está presente nas pinturas e nos nomes das ruas. Casas de alvenaria substituíram os barracos de lona. O maior orgulho da comunidade é a Escola Oziel Alves Pereira, batizada em homenagem a uma das principais lideranças jovens do MST mortas na Curva do S. Segundo testemunhas e investigações da época, Oziel foi morto depois de já estar rendido e sob controle policial.

Parte dos sobreviventes da Curva do S vive hoje no assentamento. Gouveia mora ali desde a criação da comunidade. Em 1996, integrava a coordenação do movimento e participou das negociações com a Polícia Militar na véspera da operação. Ele recorda aquela conversa como a última chance de evitar o confronto. "A gente achou que ia ter um encaminhamento", diz. A proposta previa a saída dos trabalhadores da rodovia e a viagem até Marabá para negociar com o governo do estado, com transporte e alimentação garantidos. No dia seguinte, nada disso aconteceu. "A gente estava esperando os ônibus", recorda.

Pablo Neri cresceu ouvindo essa história. O pai participou da marcha interrompida na Curva do S e passou a receber ameaças depois da chacina. "A gente cresceu entendendo que essa violência nunca tinha acabado", diz. Hoje, aos 31 anos, integra a coordenação estadual do MST.

"O massacre não terminou. Ele começou no dia 17 de abril e vem matando gente até hoje", diz Márcio Lima, um dos coordenadores do bloqueio na Curva do S. Segundo ele, dezenas de sobreviventes ainda seguem sem acompanhamento médico adequado. No assentamento, a história continua sendo contada por quem estava lá. Nos autos, parte das perguntas permanece sem resposta. •

** Daniel Camargos é repórter especial da* Repórter Brasil. *No site reporterbrasil.org.br pode ser lida a integra desta reportagem.*

FERNANDO MARINHO/REPÓRTER BRASIL

Ines249

RENATO MEIRELLES
Comunicólogo, presidente do Instituto Locomotiva e fundador do Data Favela, autor de *Um País Chamado Favela* e *Como Ser uma Empresa Antirracista*

O PL da Misoginia e o seu Nilson

▶ Ele achava que era coisa de comunista, até a filha abrir o celular e ler o que estava escrito na proposta

Seu Nilson tem 52 anos e roda doze horas por dia de aplicativo. Estava mexendo o feijão quando Rafaela, de 15 anos, segundo ano do ensino médio, encostou na pia com o celular na mão.

— Pai, o que é esse projeto da misoginia?

— Coisa de comunista, filha. Querem prender quem fala o que pensa.

— Prender por falar o quê?

— Qualquer coisa. Solta uma piada, já era.

— Qual piada o senhor faz que dá cadeia?

— Nenhuma. Mas e se der?

— Pai, racismo é crime desde quando?

— Desde 89.

— O senhor já foi preso por falar alguma coisa?

— Eu não falo essas coisas.

— Então.

Ele desligou o fogo. Ganhou tempo.

— Não é a mesma coisa. Racismo é racismo. Isso aí é subjetivo. Quem é que vai decidir o que é ódio?

— Lê comigo o que está escrito, então.

Ela virou a tela.

— Organizar campanha para atacar uma mulher. Ganhar dinheiro humilhando mulher. Incitar violência contra mulher. Me mostra qual desses aí é opinião.

— Isso já não é crime?

— Parte é. Mas depende de quem é a mulher.

— Como assim, depende?

— Ameaçar deputada tem lei com nome e pena desde 2021. Ameaçar enfermeira, professora, caixa de mercado, é ameaça comum: dá cesta básica. A lei já protege quem tem mandato. Quem tem plantão, não.

Seu Nilson pegou a colher de novo. Sem mexer nada.

— E se eu falar que mulher dirige mal?

— Aí o senhor está falando besteira. Mas besteira não é crime, pai, e vai continuar não sendo.

— Tá vendo? Já começou.

— Não comecei nada. Eu acabei de dizer que o senhor pode. O que ninguém pode é montar uma página para destruir a vida de uma mulher e vender publicidade em cima.

— Mas hoje em dia está todo mundo ofendido, Rafa. Não pode mais nada.

— Pode tudo. Menos ameaçar.

Ela ficou quieta um tempo. Quando voltou a falar, a voz tinha mudado de lugar.

— Pai, o senhor lembra da Bia?

— A do prédio da frente.

— Fizeram uma lista no grupo do colégio. Uma lista com as meninas da escola, com nota de cada uma. Com foto. A Bia trancou o ano.

O feijão começou a agarrar no fundo da panela.

— Ninguém foi advertido. A escola disse que era coisa de menino.

— Você estava nessa lista?

— Estava.

Seu Nilson largou a colher na pia.

— Por que você não me contou?

— Porque o senhor ia mandar eu sair do grupo.

— E eu ia mesmo.

— Pois é, pai. Sou eu que saio. É sempre a gente que sai.

Ele não respondeu. Ficou olhando para o fogão desligado como quem procura alguma coisa que não está ali. Quando falou, foi de um assunto que ninguém tinha puxado.

— E o Kauã?

O Kauã tem 12 anos e é irmão dela.

— O que tem ele?

— Ele fica vendo aqueles vídeos de como ser homem de verdade. Eu achava besteira de moleque.

— Não é besteira. Tem gente ganhando muito dinheiro ensinando isso pra ele.

— Ganhando dinheiro?

— A lei aumenta a pena até o dobro para quem lucra com ataque a mulher e para quem tem audiência grande. Não é pro senhor, pai. É pra quem fatura em cima da gente.

— Então essa lei é pra te proteger.

O feijão queimou no fundo. Seu Nilson não ligou.

— Me manda o link disso aí.

De um lado, um medo inventado: perder a liberdade de falar. Do outro, um medo vivido: ir para a escola. Os dois não pesam igual – um é hipótese, o outro é segunda-feira de manhã.

E repare no que desarmou o pai. Não foi argumento jurídico, não foi estatística, não foi ninguém o chamando de machista. Foi a lista com o nome da filha.

No Senado, o PL de Combate à Misoginia passou por 67 votos a zero. Nenhum voto contrário, de nenhum campo, de nenhuma bancada. Na Câmara, travou – e não travou por convicção, travou por conveniência.

Há anos o Instituto Locomotiva escuta o Brasil que a estatística costuma tratar como massa e a gente insiste em tratar como gente. E tem uma coisa que aparece em pesquisa atrás de pesquisa, década após década: o medo não é um sentimento das mulheres brasileiras, é um cálculo. Que horas voltar, por onde andar, o que postar, quando calar. Nenhum país pode se dizer desenvolvido enquanto metade da sua população precisa fazer conta de risco para viver a vida. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Ines249

Brincando com fogo

SÃO PAULO O incêndio em trens expõe o fiasco das privatizações a toque de caixa feitas por Tarcísio de Freitas

POR MARIANA SERAFINI

O vagão de um trem em chamas em São Paulo, na quinta-feira 23, escancarou o desastre das privatizações a toque de caixa do governador Tarcísio de Freitas, do Republicanos. A Artesp, agência reguladora do setor, determinou, no mesmo dia, que as três linhas recém-privatizadas voltassem ao controle da CPTM, empresa pública de transporte preterida na prestação do serviço, por 90 dias. Para os ferroviários, a decisão expõe a fragilidade das concessões. A estabilidade temporária, alertam, deve servir apenas para maquiar o problema no período eleitoral, sem garantia de emprego dos operadores ao fim do prazo. Por isso, declararam estado de greve.

A Trivia Trens venceu o certame das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade, além do Expresso Aeroporto, em março de 2025. Teve mais de um ano para se preparar e assumir o comando do sistema em 21 de julho. Durante os três dias da nova administração, os passageiros sofreram diariamente com falhas graves, até culminar na catástrofe do incêndio em um dos vagões da linha 12-Safira. Em 34 anos, algo assim nunca havia acontecido.

Na terça 28, o Ministério Público de São Paulo abriu um inquérito civil para investigar as falhas da empresa. A Artesp e a Secretaria de Transportes Metropolitanos também serão alvo de investigação. Em nota, a agência reguladora informou que, no contrato com a Trivia Trens, "a transição operacional está determinada em etapas que, ao não serem plenamente atendidas, garantem segurança jurídica para o retorno da operação conjunta". Ou seja, a CPTM fica à disposição para socorrer a empresa.

Para o deputado estadual Emídio de Souza, do PT, a volta da CPTM "é o melhor sinal de que o governo deveria reverter esse contrato". O parlamentar indaga: se a empresa não conseguiu se preparar ao longo de um ano, por que agora, em três meses, seria diferente? "A Artesp também se omitiu: deveria estar presente em todo o período de transição", denuncia.

A Trivia Trens, que pertence à Comporte Participações, da família fundadora da empresa aérea Gol, foi criada para participar desse certame. Herdou 95 trens da frota da CPTM e deverá adquirir apenas 15 novos trens ao longo dos 25 anos de

A Artesp determinou que a estatal CPTM reassuma as linhas privatizadas por ao menos 90 dias

Ines249

Água no chope. A farra privatista do prefeito Ricardo Nunes e do governador cobra um elevado preço da população paulista. Quem assumirá o ônus político?

concessão. O conglomerado também detém a Tic Trens, responsável pela operação da Linha 7-Rubi da CPTM e pela futura construção do Trem Intercidades para Campinas. No primeiro semestre deste ano, a Linha 7 registrou 21 falhas. Isso representa um aumento de 600% em relação ao mesmo período do ano passado, quando ainda pertencia à CPTM.

O ex-deputado estadual Simão Pedro, do PT, alerta que todas as concessões nessa área resultaram na piora do serviço. "A Via Mobilidade, por exemplo, não fez os investimentos previstos em contrato e optou por levar multas, porque é mais vantajoso para ela. A partir disso, começou uma série de problemas de operação", denuncia. A concessionária administra as linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da CPTM e a linha 5-Lilás do Metrô. Além de descarrilamentos constantes, em maio de 2025, um passageiro morreu na Linha 5 ao ficar preso entre as portas do trem e da plataforma. Só após o grave acidente a empresa instalou barreiras de proteção.

Para Simão Pedro, esse histórico demonstra como as privatizações são um "negócio da China" para as empresas privadas: "recebem a estrutura pronta, com investimento do Estado, e cabe a elas apenas obter o lucro das operações". Ele acrescenta que a concessão do serviço de abastecimento de água e tratamento de esgoto, realizada pela privatizada Sabesp, tem "apresentado resultados muito ruins" em pouco tempo.

De janeiro até agora, foram registrados diversos acidentes. Um deles ocorreu em março, em Mairiporã (SP), quando o rompimento de um reservatório de água causou uma morte, deixou sete feridos e destruiu casas. Em maio, no bairro paulistano do Jaguaré, uma explosão de gás matou um morador e danificou dezenas de imóveis. O ex-parlamentar lamenta que esse seja o resultado "de uma política radical de privatizações que despreza a experiência dos trabalhadores das estatais e tem como único objetivo garantir lucro das empresas em detrimento do interesse público".

Na noite da sexta 24, os ferroviários fizeram uma assembleia no Sindicato Central do Brasil, que representa os operadores das linhas 11, 12 e 13. A única linha que permanece pública é a 10-Turquesa, cuja entidade representativa é o Sindicato dos Ferroviários de São Paulo. O clima entre

LEON RODRIGUES/PREFEITURA DE SP E REDES SOCIAIS

Ines249

A pé. Até o momento, a Trivia só deu uma repaginada no visual dos trens. As falhas obrigaram usuários a caminhar pelos trilhos

os servidores é de revolta, porque eles se sentem usados pelo governo agora, para serem "descartados" depois das eleições. Com a privatização, 491 trabalhadores perderam seus postos de trabalho. Como ingressaram na CPTM por concurso público, não podem ser demitidos. Receberam, porém, proposta de corte de 80% dos salários e suspensão dos contratos.

A assembleia definiu que a prioridade é garantir a manutenção dos empregos por meio da transferência para outras empresas públicas. Caso o governo não aceite, a resposta será a paralisação das atividades nas linhas 11, 12 e 13, a partir de 4 de agosto, por tempo indeterminado. "Greve é a última ferramenta de pressão, mas já estamos há mais de um ano nessa negociação. Parece não haver outra saída", afirma o diretor do Sindicato Central do Brasil, Ronaldo Domingues Leite. O presidente do Sindicato dos Metroviários e Metroviárias, Dagnaldo Gonçalves Pereira, afirmou que a categoria é solidária à greve dos colegas ferroviários.

Para impedir as demissões, o deputado estadual Guilherme Cortez, do PSOL, protocolou no ano passado um projeto de lei com o objetivo de garantir a transferência interna dos funcionários. A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa em dezembro e, agora, está em debate na Comissão de Administração Pública. "São trabalhadores concursados, qualificados e prestam um serviço de qualidade. São eles que vão socorrer o transporte público diante das falhas da Trivia Trens. É fundamental garantir esses empregos", afirma Cortez.

Ferroviários ameaçam deflagrar greve se não houver garantia de emprego após eles socorrerem o sistema

O presidente do Sindicato dos Engenheiros, Murilo Pinheiro, explica que o trabalho dos funcionários dos trens e do metrô é extremamente específico e que a experiência acumulada ao longo dos anos é o maior patrimônio dessas empresas. Por isso, a transferência para o setor privado sempre será arriscada, uma vez que os salários são menores, os funcionários têm menos tempo de experiência e a rotatividade é alta. "Antes da privatização, a empresa operava perfeitamente. Essa sequência de falhas só aconteceu por falta de qualificação técnica."

Engenheiro aposentado do Metrô, Julio Carlos Morandi concluiu recentemente uma tese de doutorado em Administração de Empresas na Universidade da Beira Interior, em Portugal, na qual estudou os sistemas de transporte sobre trilhos do mundo todo e chegou à conclusão de que o modelo público é o único viável. O especialista identificou 186 empresas ferroviárias e obteve dados de 68 delas para uma análise aprofundada.

"Em 89% dos casos, as empresas são estatais ou operadas em modelos de negócios mistos, nos quais o Estado detém mais de 85% da sociedade", observa Morandi. Segundo ele, o maior patrimônio desses sistemas é o capital intelectual. "Nenhuma empresa privada tem condições de manter um corpo técnico tão qualificado porque a receita das tarifas não é capaz de gerar lucros tão significativos para reter esse pessoal", explica.

Em nota, a Trivia Trens afirmou que as causas do incêndio "seguem sob apuração técnica com total profundidade e transparência, e a concessionária colabora de forma irrestrita com a perícia e com as autoridades competentes para esclarecimento dos fatos". Procurada pela reportagem para saber se há possibilidade de cancelamento do contrato, a Secretaria de Parcerias e Investimentos do Estado não respondeu. •

REDES SOCIAIS E REDES SOCIAIS/GUGA BONFATE

Sistema de saúde inclui idosos, não exclui

POR **GUSTAVO RIBEIRO,** PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANOS DE SAÚDE (ABRAMGE)

Poucos setores da economia brasileira são tão complexos quanto a saúde. Ainda assim, muitas discussões sobre o tema acabam conduzidas por percepções consolidadas ao longo do tempo, nem sempre sustentadas pelos fatos. Uma delas é a ideia de que os planos de saúde excluem os idosos. Os dados mostram justamente o contrário.

Estudo recém-divulgado pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), elaborado a partir de metodologia amplamente reconhecida pelo mercado, revela que o número de beneficiários com mais de 59 anos cresceu 3,1% nos últimos doze meses. O contingente passou de 8,45 milhões para 8,71 milhões de pessoas. Trata-se de um crescimento superior ao registrado pelo conjunto de beneficiários da saúde suplementar no mesmo período, que foi de 1,6%.

Os números confirmam algo que defendo desde que assumi a presidência da Abramge, em 2024. O desafio da saúde suplementar não está na inclusão dos idosos. Ao contrário. O envelhecimento da população impulsiona o desenvolvimento de empresas com modelos assistenciais voltados especificamente para esse público, com foco em prevenção, coordenação do cuidado, acompanhamento contínuo e promoção da qualidade de vida.

A desconstrução da inverdade de que os planos excluem idosos não significa que não existam problemas de acesso geral. Não só existem, como também ajudam a explicar por que os planos de saúde ainda permanecem distantes de uma parcela importante da população brasileira. A dificuldade de ampliar a base de beneficiários está ligada principalmente a questões estruturais que afetam todo o sistema.

Gustavo Ribeiro, presidente da Abramge

Entre elas, destaco três. Uma delas é o avanço das fraudes, que provocam perdas bilionárias e elevam custos para todo o mercado. Outra é a atuação crescente de empresas que oferecem produtos de assistência à saúde semelhantes aos planos, mas sem estarem submetidas às mesmas exigências regulatórias. E, por fim, a insegurança jurídica, que contribui para o aumento da judicialização e gera impactos significativos sobre a previsibilidade e a sustentabilidade do sistema.

Segundo estimativas de entidades do setor, as fraudes já representam prejuízos da ordem de R$ 30 bilhões. Ao mesmo tempo, empresas que operam fora do marco regulatório tradicional já atendem cerca de 60 milhões de brasileiros. No campo jurídico, o crescimento das ações judiciais contrasta com indicadores de satisfação dos próprios usuários. Levantamento do IESS apontou índice de aprovação de 85% entre os beneficiários da saúde suplementar em 2025.

Os desafios são conhecidos, mas também é importante reconhecer que há iniciativas concretas em andamento para enfrentá-los.

Denúncias apresentadas por operadoras e beneficiários têm contribuído para desarticular organizações que exploram práticas fraudulentas, como reembolsos sem atendimento e cobranças superfaturadas. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) abriu consulta pública e iniciou estudos para compreender melhor o mercado de cartões de desconto, etapa importante para avaliar eventuais avanços regulatórios que precisam ser construídos com regras similares às dos planos. No Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem conduzindo iniciativas voltadas à redução da litigiosidade, incluindo o recente acordo de conciliação firmado com o Ministério da Saúde e entidades representativas do setor.

Mas ainda há muito o que ser feito. O trabalho para garantir a sustentabilidade do sistema de saúde brasileiro é uma prioridade da Abramge, que é a representante legítima de 135 operadoras de grande, médio e pequeno porte, e continua intenso. Reforço que seguimos com a máxima disposição para um diálogo franco e construtivo com formadores de políticas públicas em saúde em prol do acesso de mais brasileiros à saúde.

Ines249

Dedo no gatilho

ENTREVISTA O discurso misógino de Paulo Figueiredo coloca todas as mulheres em risco, alerta a deputada Maria do Rosário

A RENÉ RUSCHEL

Alvo. "Nunca falei muito sobre isso, mas esses ataques sempre causaram sofrimento"

Neto do último general-presidente da ditadura e um dos principais porta-vozes do bolsonarismo nos Estados Unidos, onde está foragido da Justiça brasileira, Paulo Figueiredo voltou a atacar as mulheres. Após afirmar que elas não sabem votar, "principalmente as solteiras", o *influencer* elogiou a ofensa feita pelo então deputado Jair Bolsonaro à colega Maria do Rosário (PT), em 2014. Na ocasião, o ex-presidente declarou que "não estupraria" a parlamentar porque ela "não merecia" e, em seguida, afirmou que ela era "muito feia". A declaração de Bolsonaro resultou em condenações na esfera cível, mas Figueiredo classificou a ofensa como "genial". Em seu sexto mandato na Câmara Federal, Rosário avalia que a fala do blogueiro reforça uma cultura de ódio misógino: "Eles são responsáveis pela bala que chega na cabeça de uma mulher, pela facada. É toda essa cultura".

CartaCapital: Na sua avaliação, o comentário de Figueiredo é um ataque pessoal ou um sintoma da naturalização da violência contra a mulher?

Maria do Rosário: Há muito tempo compreendi que essas violências são dirigidas contra todas as mulheres, principalmente aquelas que lutam e representam essa causa. Lamento mais porque há a citação de um nome, existe um CPF ali no ataque. Mas por que esse pessoal nos ataca? Se fosse outra mulher no meu lugar, muito provavelmente ela também seria alvo. Esse sujeito é o chorume mais deteriorado da política nacional. Sua referência é a ditadura. Ninguém o conheceria, não fosse ele neto do general Figueiredo, aquele que disse que "preferia o cheiro de cavalo ao cheiro do povo". Provavelmente, esse rapaz prefere o estupro ao respeito às mulheres. Foi assim que entendi quando ele considerou "genial" a frase de Bolsonaro.

Ines249

CC: Qual é o impacto de uma declaração como essa na vida cotidiana?
MR: Existem pesquisas que mostram que mulheres vítimas de violência, seja física, psicológica ou, principalmente, sexual, ficam traumatizadas. São sofrimentos profundos que não cessam após o acontecimento e permanecem se repetindo como um *looping* dentro de nós. Essas declarações despertam dores profundas, ao mesmo tempo que naturalizam atitudes violentas, misóginas, machistas e agressivas.

CC: Por que a extrema-direita insiste nesse tema?
MR: Ela aposta em diversas formas de polarização: política, ideológica e econômica. Também atua para impedir que nós, mulheres, ocupemos espaços políticos. Nesse caso, age com violência para tentar nos impor a submissão às suas vontades.

CC: Em que medida ser alvo desses ataques a motiva a lutar ainda mais no Congresso em defesa das mulheres?
MR: Enfrentar a violência contra a mulher já era uma agenda de trabalho que eu desenvolvia, mas esses episódios, de fato, me motivam ainda mais. A violência que sofri não ficou restrita ao Congresso. Bastava caminhar na rua para encontrar pessoas agindo de forma agressiva, influenciadas pelas *fake news* propagadas pelo bolsonarismo. Foram inúmeras situações: no mercado, no aeroporto, no centro da cidade. Ouvi muitas vezes a repetição daquela frase sobre o estupro. E isso continua até hoje. Quando Paulo Figueiredo disse que elas são "geniais", ele tenta retomar essa onda de ataques.

CC: Como mulher, como mãe, como foi conviver com essa situação?
MR: Nunca falei muito sobre isso, talvez não tenha nem me dado esse direito, mas essa situação obviamente me provocou muita dor. Também causou sofrimento aos meus familiares, à minha filha. Essa frase foi repetida milhares de vezes, e isso machuca, dói. Quando Bolsonaro foi condenado por danos morais, todos os que repetem essa ofensa foram moralmente responsabilizados. A diferença é que eles não cumpriram pena alguma.

Figueiredo. "A referência dele sempre foi a ditadura", observa Rosário, ao comentar as recentes ofensas do influenciador

CC: O objetivo era intimidá-la?
MR: Sim, o objetivo era intimidar. Em todas as campanhas eleitorais, fui alvo de *fake news* disseminadas pela extrema-direita. Resisti para que todas as mulheres soubessem que é possível vencê-los. Não foram eles que pautaram minha trajetória. Entendo que muitas brasileiras estão morrendo porque eles fomentam esse ódio. Eles são responsáveis pela bala que chega na cabeça de uma mulher, pela facada. É toda essa cultura.

"Não quero que nenhuma outra brasileira precise passar pelo que passei para exercer seu direito de participar da vida pública"

CC: A senhora chegou a pensar em abandonar a política?
MR: Cheguei a avaliar, sim. Era muita pressão, muitas ameaças. Entreguei aos órgãos de segurança internacionais mais de mil ameaças que recebi pela internet. Eu não abandonaria a causa, mas poderia buscar outros caminhos. Decidi, porém, permanecer na política. Não derrotamos o inimigo sendo apenas solidários, mas enfrentando-o. Na luta. Nós não somos as mulheres que eles definem. Somos as mulheres que os derrotam.

CC: O seu caso se tornou um dos episódios mais emblemáticos da violência de gênero no Brasil. O que a sociedade ainda não percebeu sobre os impactos desse tipo de discurso na vida das mulheres?
MR: O que talvez a sociedade ainda não tenha entendido é que a violência contra uma mulher não produz efeitos apenas sobre ela, mas sobre todas nós. Gera medo, desgaste emocional e afeta a família. A violência de gênero cobra das mulheres um preço que não é cobrado dos homens. Ela transmite uma mensagem para todas as outras: "não entre nesse espaço, porque você será humilhada, ameaçada e atacada". Enfrentar a violência de gênero é defender a democracia. Eu não quero que a minha história seja lembrada apenas pela violência que sofri. Quero que seja lembrada como uma história de resistência e luta, para que nenhuma outra brasileira precise passar pelo que passei para exercer seu direito de participar da vida pública. •

REDES SOCIAIS

Ines249

Lenta agonia

MINAS GERAIS A Justiça Federal determina uma intervenção para conter a crise humanitária do povo Maxakali no noroeste do estado

POR MAURÍCIO THUSWOHL

A combinação de indigência econômica, falta de infraestrutura sanitária básica e invisibilidade diante dos mecanismos de assistência social está levando à extinção aquele que já foi um dos maiores povos indígenas a habitar o território de Minas Gerais. Presentes na região há cerca de 12 mil anos, segundo o arqueólogo André Prous, os Maxakali – ou Tikmu-un, como se autodenominam – chegaram a reunir dezenas de milhares de indivíduos, distribuídos pela Mata Atlântica, incluindo áreas da Bahia e do Espírito Santo. Hoje, sua população está reduzida a cerca de 2,5 mil habitantes, que vivem, ou sobrevivem, em cinco aldeias (Água Boa, Pradinho, Aldeia Verde, Escola Floresta e Cachoeirinha), situadas no nordeste mineiro e distribuídas entre os municípios de Teófilo Otoni, Bertópolis, Ladainha e Santa Helena de Minas, no Vale do Mucuri.

Após séculos de abandono por parte dos poderes constituídos pelo homem branco e de sucessivas pressões sobre seu território, os Maxakali enfrentam hoje uma crise humanitária classificada pelo Ministério Público Federal como um "Estado de Coisas Inconstitucional". Em ação civil pública, a Procuradoria pede que a União, por intermédio da Funai, o governo de Minas Gerais e os quatro municípios promovam "uma profunda reformulação na assistência prestada ao povo Maxakali". Diante de um cenário de violações generalizadas de direitos fundamentais, a situação dos indígenas "exige uma ampla intervenção coordenada" e a "reorganização de instituições ou políticas públicas para a resolução, de forma dialógica e prospectiva, de problemas complexos".

A complexidade e a urgência do caso podem ser dimensionadas por um estudo sobre os Maxakali, publicado pelo Laboratório Interdisciplinar e Interepistêmico em Saúde Coletiva da Unifesp. Segundo os pesquisadores, a morte ronda os indígenas do Vale do Mucuri. Na faixa etária de 1 a 4 anos, a taxa de mortalidade infantil entre os Maxakali é 30 vezes superior à registrada entre as crianças não indígenas da região. Já entre os menores de 1 ano, o indicador é dez vezes maior.

De modo geral, a taxa de mortalidade infantil entre os Maxakali chega a 66,7 óbitos por mil nascidos vivos, índice quase seis vezes superior à média nacional, de 11,9 por mil. Outro dado alarmante é que apenas 2,4% dos Maxakali ultrapassam os 60 anos de idade, ante 17,9% da população não indígena da região. O quadro nas aldeias, avalia o MPF, é semelhante ao enfrentado pelos povos originários pelo Brasil afora há mais de quatro décadas, "com mortes decorrentes de causas que poderiam ser evitadas, como desnutrição e infecções respiratórias ou intestinais".

De acordo com a pesquisa, além da escassez de recursos econômicos – 85% das famílias Maxakali sobrevivem com renda mensal igual ou inferior a meio salá-

PROGRAMA ARBORETO E PROJETO HÃMHI TERRA VIVA

Expectativa baixa. Apenas 2,4% da população local ultrapassa os 60 anos de idade

Ines249

Tragédia. A mortalidade infantil chega a 66,7 óbitos por mil nascidos vivos, índice quase seis vezes superior à média nacional

Ines249

Rio morto. Devido à poluição industrial e falta de saneamento básico, a água tornou-se imprópria para o consumo

rio mínimo – alguns fatores externos têm contribuído decisivamente, nos últimos anos, para o aumento da mortalidade precoce entre os indígenas. Mortes associadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas ou por suicídio, por exemplo, respondem por 25% dos óbitos na faixa etária de 20 a 49 anos. O MPF aponta que, enquanto a mortalidade geral nos quatro municípios onde estão localizadas as aldeias se concentra, como esperado, nas faixas etárias mais elevadas, a pirâmide etária dos Maxakali exibe uma base alargada que se afunila de forma vertical e abrupta a partir da população adulta jovem, "está desenhando graficamente o colapso das condições demográficas e de saúde da etnia", diz o MPF.

Em 23 de julho, a Justiça Federal decretou uma intervenção no território indígena, determinando que todos os órgãos públicos acionados pelo MPF adotem, com urgência, as medidas propostas. Entre as determinações, estão o início do fornecimento regular de água potável; a oferta de atendimento permanente de saúde, 24 horas por dia, nas comunidades; a distribuição de cestas básicas; a realização imediata de exames em casos de surtos de doenças, com entrega dos resultados em prazo máximo de 15 dias; e a apuração imediata de denúncias de racismo institucional. A condição de insalubridade da água consumida pelos indígenas requer atenção prioritária. Análises da UFMG indicam que, em triste ironia, a água consumida na comunidade que um dia recebeu o nome de Água Boa é hoje imprópria para consumo, com níveis elevados de ferro e coliformes fecais em decorrência da poluição industrial e da falta de saneamento básico.

A pesquisa conclui que "as águas nas aldeias apresentam condições físico-químicas e microbiológicas que as tornam impróprias ao consumo, com risco de adoecimento em virtude de sua condição sanitária". Além disso, segundo os técnicos da UFMG, "a ausência de saneamento, assim como o desconhecimento de processos simples de desinfecção para a utilização da água, tem colocado a comunidade Maxakali em situação de vulnerabilidade para o adoecimento por doenças de veiculação hídrica". A Justiça determinou que os governos federal, estadual e municipais garantam água potável de qualidade nas aldeias e escolas, além de assegurar a continuidade do abastecimento.

Outras ações têm como objetivo detectar e tratar doenças relacionadas ao consumo de água, como verminoses e diarreia, por meio de exames periódicos. Além disso, as crianças indígenas terão prioridade na busca por leitos de internação, e os pacientes Maxakali só poderão receber alta quando estiverem totalmente recuperados, segundo avaliação médica, e com o transporte de volta às aldeias garantido pelo Poder Público.

Na véspera da decisão da Justiça Federal, uma comitiva com dezenas de representantes de órgãos públicos, organiza-

Ines249

da pelo Comitê Interinstitucional sobre Povos Tradicionais de Minas Gerais, fez uma vistoria no território Maxakali para averiguar as condições de vida no local e iniciar as discussões para a adoção de um plano de ação: "A visita às comunidades indígenas e a reunião com suas lideranças no dia seguinte constataram uma grave crise humanitária, com risco real de haver consequências irreparáveis a esse povo que habita Minas há milhares de anos", diz o juiz Matheus Miranda, articulador da comitiva. O próximo passo, segundo o magistrado, é a proposição de uma atuação do Estado nos três poderes e nas três esferas da federação: "O Estado brasileiro tem de se reunir em todas as suas frentes e repartições e apresentar uma solução para quem hoje apenas clama pelo simples direito de viver".

A audiência realizada pelo Comitê com representantes das cinco comunidades Maxakali, nas palavras de Miranda, "foi um pedido de socorro". Como resultado, foi elaborada a *Carta de Águas Formosas*, que será encaminhada à Secretaria-Geral da Presidência da República. O documento reúne uma série de propostas para um Plano Emergencial Maxakali, como a ampliação ou reforma das unidades escolares situadas nas aldeias, a atuação articulada entre os órgãos de saúde das três esferas de governo, a criação de mecanismos de monitoramento para encaminhar as demandas da população e a presença constante de órgãos policiais estaduais e federais, entre outras medidas.

Oito em cada dez famílias Maxakali sobrevivem com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo

Já o plano de reparação proposto pelo MPF, "motivado pelas graves e continuadas omissões que resultaram no adoecimento em massa, no sofrimento psicossocial e na trágica perda de vidas humanas", pede a condenação solidária da União, do Estado e dos municípios ao pagamento de indenização por danos morais, em valor a ser fixado posteriormente e que pode chegar a 10 milhões de reais. Na ação, o MPF pede ainda que a Justiça determine uma série de medidas emergenciais para reestruturar a assistência aos indígenas: reforma dos postos de saúde; fornecimento de água potável; instalação de sistemas de proteção contra raios; e capacitação de profissionais de saúde para atuar em conjunto com os pajés, "respeitando a cultura e as tradições do povo Maxakali".

A expectativa pela concretização das promessas é grande entre os indígenas: "Onde eu moro, na aldeia Escola Floresta, a água está muito ruim. E, quando falta energia, ficamos sem água às vezes por uma semana porque dependemos das bombas", conta o pajé Isael Maxakali. O mais importante, diz o líder espiritual, é dar um basta ao adoecimento de seu povo: "Precisamos fortalecer a nossa saúde porque este ano morreu muita criança. E temos também que atender os jovens, pois muitos se matam. Tem que melhorar a vida no nosso território e buscar recursos, projetos para ocupar o tempo dos jovens, como acontece com os mutirões de plantio e formação de viveiros".

Investir na formação profissional dos jovens indígenas é uma alternativa. Realizado desde 2023 pelo Instituto Opaoká, com apoio do Ministério Público de Minas Gerais, o Projeto Hãmhi-Terra Viva promove ações de reflorestamento no território Maxakali, ao mesmo tempo que forma agentes agroflorestais e viveiristas. Coordenadora do projeto, Rosangela de Tugny afirma que o protagonismo dos jovens e os conhecimentos tradicionais dos pajés têm sido fundamentais para o sucesso da iniciativa, que já reflorestou uma área de 160 hectares e criou cem quintais agroflorestais.

Com 20 anos de convivência e trabalho com os indígenas do Vale do Mucuri, Tugny ressalta a força cultural dos Maxakali. "Eles têm uma capacidade de resistência muito grande e a vontade de permanecer como um povo, com a sua própria identidade e organização social. Para se ter uma ideia, praticamente todos os casamentos são feitos entre os próprios indígenas. Eles realmente querem continuar sendo esse povo." •

PROJETO HÃMHI TERRA VIVA E ACERVO PESSOAL/MARILTON MAXAKALI

Sem improviso. Juiz exigiu transporte gratuito para os atendimentos médicos

Ines249

Medicina ancestral

SAÚDE Projeto pioneiro no Ceará transforma saberes indígenas em fitoterápicos distribuídos pelo SUS

POR FABÍOLA MENDONÇA

O que, durante séculos, foi transmitido de geração em geração pelos povos indígenas agora recebe reconhecimento científico e se torna política pública de saúde. No Ceará, plantas medicinais tradicionalmente utilizadas pelos povos originários serão transformadas em medicamentos fitoterápicos e distribuídas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em unidades básicas instaladas nos territórios indígenas. A iniciativa integra o projeto "Interculturalidade e Farmácias Vivas", desenvolvido pela Secretaria Estadual da Saúde, em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) e o Ministério da Saúde, por meio do Distrito Sanitário Especial Indígena.

Ao todo, serão produzidos dez fitoterápicos a partir de espécies cultivadas pela própria comunidade. Após o plantio, a coleta e o processamento, elas darão origem a xaropes para doenças respiratórias, pomadas e géis para problemas de pele, além de tinturas e sachês voltados ao cuidado em saúde mental. Pioneiro no Brasil, o projeto tem início em territórios indígenas, onde foram implantados quatro hortos e selecionados bolsistas responsáveis pelo plantio, cultivo e coleta das espécies medicinais.

Embora já dominem saberes tradicionais sobre o uso dessas espécies, os bolsistas passaram por capacitação técnica, que integrou conhecimentos científicos e práticas de cultivo voltadas à produção de fitoterápicos. Após a colheita, o material é encaminhado ao laboratório farmacêutico do Estado, onde é processado e transformado em medicamentos.

Dos quatro hortos implantados, três já estão em estágio avançado de produção. "Apenas um ainda não realizou colheita porque enfrentamos problemas relacionados ao solo e à adubação. Como fica em uma região litorânea, o terreno é mais arenoso e exige um manejo diferenciado. As espécies precisaram ser replantadas. Nos outros três, a colheita acontece de forma gradual. É um trabalho contínuo", explica Edvan Tremembé, assessor de Controle Social do Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará e responsável pela coordenação dos cultivos. Além do trabalho agrícola, os bolsistas atuam como multiplicadores de conhecimento nas aldeias, promovendo atividades educativas com jovens e em escolas locais para fortalecer a valorização das plantas medicinais e dos saberes tradicionais.

Os medicamentos serão distribuídos nos 17 municípios cearenses com aldeias demarcadas

A previsão é que os fitoterápicos comecem a ser distribuídos pelo SUS entre o fim deste ano e o início do próximo. Até lá, os profissionais de saúde que atuam nas aldeias também passarão por capacitação para prescrever os medicamentos e orientar os pacientes sobre seu uso correto.

"A meta é produzir 75 mil unidades de fitoterápicos com a participação direta dos povos indígenas para abastecer os 17 municípios cearenses com aldeias. Queremos ampliar o acesso seguro a esses medicamentos e incentivar seu uso racional entre os pacientes", afirma a farmacêutica Ana Georgina Oliveira, da Coordenadoria de Políticas de Assistência Farmacêutica e Tecnologias em Saúde da Secretaria da Saúde do Ceará.

Ines249

Tradição e ciência. As espécies cultivadas pelos povos originários serão encaminhadas para processamento em laboratório público

TABAJARA PORANGA/SEC. SAÚDE/GOVCE E ETNIA PITAGUARY

O projeto beneficiará cerca de 30 mil indígenas aldeados no Ceará. Entre as espécies cultivadas estão chambá, babosa, capim-santo, hortelã e alecrim-pimenta, plantadas nas comunidades Tapeba, Tremembé da Barra do Mundaú, Tabajara/Calabaça e Pitaguary. Todas passaram por identificação botânica, catalogação e validação científica realizadas pela UFC, processo que garante a eficácia e a segurança terapêutica dos fitoterápicos.

Para a pesquisadora Mary Anne Medeiros, coordenadora do Horto de Plantas Medicinais Professor Francisco José de Abreu Matos, vinculado à UFC, a iniciativa representa uma aproximação entre o conhecimento científico e as práticas tradicionais: "A academia, quando se encontra com os saberes dos indígenas, se fortalece não apenas pelo contato com quem utiliza essas plantas medicinais, mas também pelo contexto cultural em que esse conhecimento está inserido. Nesse encontro, todos saem fortalecidos: a academia e a comunidade".

"Esses saberes milenares já eram transmitidos pelos cuidadores dentro dos territórios. Agora, com o projeto, esse conhecimento passa a ser valorizado e se transforma em medicamento, ampliando o acesso ao cuidado e fortalecendo o subsistema de saúde indígena", completa Tremembé, do Dsei Ceará. O líder indígena acrescenta que os medicamentos terão rótulos com informações sobre a origem das espécies e as etnias responsáveis pelo cultivo. "É um reconhecimento muito importante para o nosso povo, porque essas plantas fazem parte das nossas vidas desde sempre."

Para Rufina Ribeiro, agente indígena de cultivo da comunidade Pitaguary, a iniciativa representa o resgate da ancestralidade dos povos originários. "A gente vivia dessas plantas, não tinha acesso a medicamentos convencionais. Sempre fizemos nossos próprios remédios. E, agora, ver que nossa vivência está sendo valorizada só confirma nossas tradições."

Voltado inicialmente para atender a população indígena do Ceará, o projeto "Interculturalidade e Farmácias Vivas" deve ser replicado em comunidades tradicionais de outros estados e, futuramente, pode beneficiar a população em geral. "A princípio, nosso foco são os povos originários do Ceará, mas esperamos que essa experiência abra caminhos e seja levada a outros lugares. Quem sabe, no futuro, ela possa se transformar em uma política pública nacional, com financiamento permanente para as 'farmácias vivas' em todo o País", prevê Ana Oliveira. •

Ines249

A cruz e a caldeirinha

CONCORRÊNCIA O tarifaço imposto por Donald Trump atinge empresas sufocadas pela enxurrada dos produtos chineses

POR CARLOS DRUMMOND

A pressão simultânea de aumento das tarifas de importação de produtos brasileiros pelos EUA e crescimento das exportações da China para o Brasil criou um desafio sem precedentes para as empresas. Enquanto o tarifaço reduz a competitividade das exportações brasileiras para os Estados Unidos, o mercado doméstico passou a absorver parte do excedente de produção internacional, em especial o asiático, intensificando a concorrência com a indústria nacional. Isso cria uma pressão inédita sobre caixa, emprego e investimento, afirma o economista Haroldo da Silva, presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo.

Segundo Fernando Pimentel, superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil, "há uma invasão de importados no nosso País". José Velloso, presidente da Abimaq, a associação dos fabricantes de máquinas, considera que "o problema da invasão chinesa é muito mais grave do que a questão do tarifaço".

No caso do vestuário, ressalta Silva, as importações cresceram 54% no primeiro semestre de 2026 em relação ao mesmo período de 2025, enquanto o varejo deste setor andou de lado, de acordo com o IBGE. No setor têxtil, um dos mais atingidos, um terceiro elemento agrava o quadro e configura uma "tempestade perfeita", o encerramento da chamada "taxa das blusinhas", que tende a ampliar ainda mais a entrada de produtos importados de baixo valor, sobretudo têxteis e calçados.

Ao mesmo tempo, a política monetária extremamente restritiva mantém o crédito inviável para grande parte da indústria. O resultado já aparece no mercado de trabalho. A cadeia têxtil perdeu mais de 13,2 mil empregos nos últimos doze meses, sinal de que os impactos afetam a produção e o emprego.

Para enfrentar a situação, é fundamental, no curto prazo, preservar a li-

A cadeia têxtil perdeu mais de 13 mil empregos em 12 meses

Ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 50
Artigo. O direito ao tempo está em disputa e precisa ser garantido para a maioria

Derrama. Com as barreiras impostas nos EUA, os produtores chineses buscam outros mercados para desovar estoques. O setor de vestuário sente o impacto

quidez das empresas, o que passa pela oferta de linhas de crédito com condições favorecidas, carência adequada e contratação simplificada, para possibilitar que firmas competitivas atravessem esse período excepcional até que as negociações comerciais produzam resultados, recomenda Silva.

É importante também fortalecer instrumentos de estímulo às exportações, como a recomposição do Reintegra para patamares compatíveis com sua finalidade original, reduzindo parte da cumulatividade tributária ainda existente nas cadeias exportadoras.

"No mercado interno, é necessário aperfeiçoar os mecanismos de defesa comercial. No momento, eles não são suficientes", aponta Silva. Isso envolve maior monitoramento das importações, fortalecimento das investigações de práticas desleais de comércio e utilização dos instrumentos previstos pela OMC e retomada da divulgação de estatísticas mais detalhadas de importação, fundamentais para respostas tempestivas da política comercial.

Um ponto importante relacionado ao financiamento, prossegue o presidente do Corecon-SP, é que, na configuração inicial do Plano Brasil Soberano, em suas duas versões anteriores, diversas empresas dos setores mais atingidos não conseguiam acessar recursos para capital de giro puro, pois o crédito estava, na maior parte, vinculado a investimentos. A expectativa é que a Fase 3 do programa equacione essa restrição.

"Medidas emergenciais são indispensáveis para enfrentar a crise atual, mas so-

CIETE SILVÉRIO/PREFEITURA DE SP E ISTOCKPHOTO

Ines249

mente ganhos permanentes de competitividade permitirão que a indústria brasileira responda de forma sustentável aos desafios de um ambiente internacional cada vez mais disputado", ressalta Silva.

Segundo a economista Marta Castilho, professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do Grupo de Indústria e Competitividade, outro setor que se encontra em uma situação delicada é o automotivo. A China entra nos mercados sul-americanos, inclusive no nacional, com um produto muito competitivo e que ainda não é produzido em escala suficiente para exportação. O país asiático se tornou o principal exportador mundial de veículos elétricos, respondendo por 65% do total em 2024.

Máquinas e equipamentos são outro setor, segundo Castilho, que pode ser bastante afetado. A entrada nos EUA tem sido limitada e não foi poupada nos tarifaços de 2025 e no último e tanto os EUA quanto os países da América Latina constituem mercados importantes para as exportações do Brasil. "Temos que aprofundar as relações com a América Latina para fortalecer a articulação produtiva na região e desenvolver cadeias regionais de valor. Isso seria benéfico tanto para o Brasil quanto para seus parceiros. O fortalecimento de cadeias regionais e a articulação da atuação conjunta em temas de interesse comum, como minerais críticos e transição energética, devem ser perseguidas, mas seria uma resposta de mais longo prazo", sublinha a professora da UFRJ.

No caso do tarifaço, a ameaça é mais difusa, às vezes afeta não apenas o setor exportador de um produto final, mas os fornecedores de partes, peças e componentes, ou seja, a cadeia como um todo, destaca o economista Antonio Carlos Diegues, professor do Instituto de Economia da Unicamp. A solução é complicada, por exigir negociação e recuo de Washington, que não parece estar disposto, neste momento, a fazer esse movimento, devido à orientação da geopolí-

Ines249

Devastação. Velloso, da Abimaq, e Pimentel, da Abit, veem a invasão de produtos chineses como um fenômeno mais nocivo do que as tarifas anunciadas por Trump

RICARDO KEUCHGUERIAN/ABIT, REDES SOCIAIS/ABIMAQ E ISTOCKPHOTO

tica estadunidense e a relação do governo dos EUA com as forças de extrema-direita na América Latina. Uma estratégia sensível a Trump é os empresários nacionais mostrarem que haveria problemas para os consumidores norte-americanos a persistirem as altas tarifas de importação, um caminho iniciado. O plano Brasil Soberano III oferece alguns alívios temporários aos setores mais prejudicados, como crédito e postergações tributárias.

Quanto à invasão de produtos chineses, o principal problema é a força da competitividade estrutural chinesa de longo prazo. Uma estratégia seria entabular alguma negociação com o governo chinês para estabelecer cotas de importação para alguns produtos, além da utilização de mecanismos previstos na OMC, como salvaguarda, eventualmente algum aumento de tarifas de importação em alguns setores. Para produtos com capacidade de gerar emprego e renda e competitivos também no Brasil, como o de calçados, poderia ter crédito em volume e recursos adequados, além de orientar a produção para as necessidades locais. Isso talvez seja uma opção mais viável para contornar as limitações da invasão chinesa.

Segundo o economista André Luiz Passos Santos, sócio-diretor da BPCT Consultoria Econômica, o duplo assédio causado pelo tarifaço e pelo crescimento das importações de produtos chineses caracteriza um movimento de "pinça" em torno dos setores de tecidos e vestuário. Os EUA impuseram uma tarifa de 125% sobre os produtos chineses, que perderam competitividade no mercado estadunidense e necessitam buscar mercados. Ao mesmo tempo, as tarifas combinadas de 25% e 12,5% impostas ao Brasil restringem as exportações dos setores para aquele país. Em 2025, as exportações chinesas de tecidos para os EUA alcançaram 113 bilhões de dólares, o que agora os obriga a buscar novos mercados.

No setor de calçados, a tarifa de 20% para a entrada de produtos chineses no mercado estadunidense tem provocado um rearranjo global. Já se percebe um crescimento de cerca de 50% na importação de calçados chineses no Brasil, segundo estimativas da associação do setor. Contudo, a produção norte-americana não alcança 2% de sua demanda e o encarecimento das importações certamente gera pressões inflacionárias naquele país. Assim, as restrições dos EUA aos calçados brasileiros poderão ser suavizadas a fim de aliviar as condições dos importadores.

O tarifaço e a "invasão" chinesa criam pressão inédita

Quanto ao setor de máquinas e equipamentos, 21% das exportações brasileiras seriam afetadas, na avaliação do Ministério do Desenvolvimento. As estimativas de perdas para o setor variam de 2,5 bilhões a 4 bilhões de dólares, mas o maior desafio vem das importações da China, que representam 32 bilhões de dólares anuais, ou cerca de 37% das importações brasileiras.

Santos concorda com a proposta de adoção, pelo governo, de uma política de cotas de importação de produtos chineses nos mercados ameaçados, segundo avaliação da ABIT. Ao mesmo tempo, pode abrir processos de *dumping* e relações comerciais assimétricas na OMC, mas tais processos são custosos e muito demorados. A reciprocidade pode gerar uma escalada de sanções de grandes proporções, prejudicando ainda mais os setores mais atingidos. "As melhores opções são a busca ativa de novos mercados, sobretudo na América Latina e na Europa. E também a adoção de linhas de crédito do BNDES para financiamento às exportações e capital de giro, que já vêm sendo criadas pelo governo", aponta o economista. "É uma situação altamente complexa, que se agrava com o provável aumento global do protecionismo e a redução do comércio mundial. Não creio que as autoridades brasileiras possam compensar completamente essas assimetrias, mas é possível amenizá-las com uma competente diplomacia comercial, muito presente nas atitudes do governo." •

Ines249

ADALBERTO VIVIANI
Consultor de marketing e comunicação especializado em bens de consumo

Coisa de gente grande

▶ O público acima de 18 anos na China é o alvo da Lego

A Lego aposta nos adultos como força central para acelerar o crescimento na China, em um mercado de brinquedos que segue em expansão e sofisticando o perfil de consumo. A empresa dinamarquesa vê o país como mercado estratégico e tem investido em inovação no varejo, campanhas esportivas e linhas específicas para o público acima de 18 anos.

De acordo com dados setoriais, as vendas de brinquedos na China chegaram a cerca de 103,53 bilhões de yuans em 2025, cerca de 77,6 bilhões de reais. No segmento de brinquedos de construção, categoria que inclui a Lego, o mercado chegou a 12,9 bilhões de reais em 2025 com projeção de atingir a 14,8 bilhões de reais em 2028, reforçando o potencial de expansão em nichos mais sofisticados e com maior valor agregado.

Embora crianças com menos de 10 anos ainda respondam por mais de 65% das vendas globais de brinquedos, a participação de consumidores mais velhos cresce de forma consistente. Relatórios da própria companhia indicam que três em cada quatro adultos gostariam de dedicar mais tempo a atividades criativas, o que abre espaço para linhas como Lego Icons, Technic e coleções inspiradas em esportes e cultura *pop*. O movimento acompanha uma tendência global de *adult play*, em que produtos antes associados ao universo infantil ganham *status* de *hobby*, objeto de coleção e ferramenta de bem-estar.

Debulhar o trigo

A M. Dias Branco, uma das maiores empresas de alimentos do Brasil, deu um passo estratégico ao criar uma vertical de negócios e entrar no segmento de nutrição animal. A companhia lançou a marca Gran Farelo, voltada à alimentação de bovinos, suínos, aves e equinos, aproveitando o farelo de trigo, subproduto da moagem utilizado até então principalmente a granel. Com isso, a empresa busca agregar valor ao farelo e criar uma proteção natural contra a volatilidade dos preços do trigo, ao transformar um insumo de menor margem em produto industrializado com identidade própria. Inicialmente, o foco é atender frigoríficos, granjas e grandes pecuaristas, mas a M. Dias Branco também pretende usar a capilaridade de seus sete moinhos e 25 centros de distribuição para alcançar pequenos varejos e produtores. O movimento reforça a estratégia de diversificação da companhia, dona de marcas como Adria, Vitarella e Piraquê, e alinha o ganho de eficiência industrial com a expansão em um mercado de nutrição animal em crescimento.

Autoinvestimento

Quanto custa ficar em forma? Se você é um endinheirado em São Paulo e acha que todo investimento vale a pena, pode se preparar para pagar 7 mil reais de mensalidade na Vicci Studio, novo concorrente do mercado *fitness* de ultraluxo. A academia nasceu com investimento de cerca de 8 milhões de reais e aposta em um modelo que mistura ciência do movimento, tecnologia e hospitalidade de alto padrão. Instalada em um espaço de aproximadamente 250 metros quadrados, a Vicci atende até oito alunos por vez, com acompanhamento individual e foco em mobilidade, longevidade e prevenção de lesões, mais do que em hipertrofia pura. O pacote inclui treinos personalizados, monitoramento em tempo real, equipamentos de última geração e serviços de recuperação física, como protocolos de regeneração e acompanhamento nutricional.

VW para pedalar

Quanto custa levar o "DNA Golf GTI" para a ciclovia? A Volkswagen acaba de lançar uma *e-bike* de alta tecnologia que leva para o mundo das duas rodas o pacote de segurança típico dos seus carros, em parceria com a fabricante especializada n+. Batizada de Volkswagen Smart Bike, a bicicleta elétrica chega em versões Sport e Crossover, com motor central Yamaha de 250 W, assistência até cerca de 25 km/h e autonomia que pode alcançar 160 quilômetros com bateria extra. O foco está, porém, menos na velocidade e mais na proteção do ciclista: o modelo incorpora câmera traseira integrada a radar, alerta de ponto cego, iluminação inteligente em faixa de LED e conectividade com capacete e óculos *smart* equipados com sistema de *head-up display*. Em caso de acidente, o capacete inteligente é capaz de enviar notificações automáticas para contatos de emergência. Nos Estados Unidos, os preços partem de cerca de 4 mil dólares, enquanto no mercado europeu há pré-vendas em torno de 3 mil euros, posicionando a *e-bike* da Volkswagen no segmento *premium* da micromobilidade elétrica. A montadora mira consumidores que querem transformar o deslocamento diário em experiência tecnológica e de segurança, aproximando a bicicleta do conceito de "carro compacto conectado" sobre duas rodas. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Ines249

PAULO GALA
Professor de Economia da FGV-SP, foi economista, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro. É autor, entre outros, de *Brasil, uma Economia que Não Aprende*

A invasão industrial chinesa

▶ Quando o consumo interno na China desacelera, cresce a pressão para escoar a produção no exterior. O Brasil precisa ficar atento

Há uma imagem que sintetiza o momento atual da economia global: uma maré de manufaturas chinesas avançando sobre mercados de todo o planeta. Não é retórica. É a consequência lógica de um modelo de crescimento que, ao reprimir o consumo das famílias e sustentar taxas de investimento muito elevadas, gerou uma capacidade produtiva que o mercado doméstico é incapaz de absorver. O excedente precisa encontrar compradores em algum lugar – e esse lugar tem sido o resto do mundo.

Os dados recentes tornam o quadro mais eloquente. A economia chinesa cresceu 4,3% no segundo trimestre de 2026, um dos piores resultados desde o início da divulgação oficial do PIB, no começo da década de 1990, excluídos os anos da pandemia. O desempenho ficou abaixo da meta de 4,5% a 5% e foi tolhido justamente pelo enfraquecimento da demanda interna e pela queda nos investimentos. A leitura convencional enxerga aí um sinal de fragilidade. Existe, porém, uma interpretação menos óbvia e mais inquietante: quando o consumo interno desacelera, cresce a pressão para escoar a produção no exterior. A desaceleração doméstica não contém a invasão industrial, tende a intensificá-la.

Convém lembrar como a China chegou até aqui. Sua ascensão costuma ser atribuída à superioridade do planejamento estatal e a uma visão estratégica de longo prazo que o Ocidente teria perdido. A realidade é mais complexa. O salto industrial chinês foi viabilizado pela integração à economia global, pelo acesso amplo aos mercados consumidores ocidentais, pela transferência de tecnologia e pelos fluxos internacionais de capital das últimas décadas de globalização. A ironia é que o mesmo sistema que permitiu esse avanço tornou-se agora alvo da estratégia chinesa. A expansão das exportações de bens industriais, frequentemente apoiada por crédito direcionado, financiamento estatal e política cambial administrada, configura um mercantilismo moderno. E provoca reação crescente entre os antigos parceiros comerciais, na forma de tarifas, investigações antidumping, políticas de *friend-shoring* e esforços para reconstruir cadeias menos dependentes de Pequim.

A Europa é o caso mais emblemático desse dilema. As importações chinesas de baixo custo beneficiam consumidores no curto prazo, mas pressionam setores industriais estratégicos, destroem empregos qualificados e corroem capacidades acumuladas em gerações. Quando uma economia perde sua base manufatureira, não perde apenas fábricas. Perde conhecimento, inovação, autonomia tecnológica e capacidade de resposta em setores críticos. Num cenário de aproximação entre China, Rússia, Irã e Coreia do Norte, a questão deixa de ser apenas econômica e passa a envolver segurança nacional. Capacidade produtiva e capacidade estratégica caminham juntas.

Aqui reside a contradição central do modelo chinês. Ele depende, ao mesmo tempo, de duas condições difíceis de conciliar: manter o consumo doméstico reprimido para sustentar o investimento e preservar mercados externos amplamente abertos para absorver o excedente. Quanto mais agressivamente a indústria chinesa conquista participação lá fora, maior o incentivo para que Estados Unidos, Europa e outros elevem barreiras, diversifiquem fornecedores e reconstruam suas cadeias. Pequim acaba destruindo a ponte que atravessou para acelerar a industrialização. Não é uma estratégia perfeita, mas uma contradição estrutural que limita a sustentabilidade do modelo.

Para o Brasil, o debate é ainda mais urgente. Enquanto a Europa luta para preservar uma base industrial sofisticada, lutamos para impedir que a nossa continue a encolher. A relação comercial com a China segue concentrada na exportação de *commodities* – soja, minério de ferro, petróleo – enquanto importamos manufaturas de elevada intensidade tecnológica. Esse padrão reforça a especialização regressiva, reduz oportunidades de aprendizado produtivo e aprofunda os efeitos da doença holandesa sobre a indústria. A questão não é escolher um lado na disputa entre grandes potências, mas decidir quais capacidades produtivas o País pretende preservar e desenvolver. Conhecimento produtivo é um ativo coletivo, construído lentamente em empresas e instituições. Quando uma fábrica fecha, não somem apenas máquinas, some um estoque de competências que pode levar décadas para ser reconstruído. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Ines249

O direito ao tempo

ARTIGO Matéria-prima da liberdade, ele garante a formação do capital social

POR RUI FALCÃO*

Nunca a humanidade dispôs de tantas tecnologias capazes de nos economizar minutos e horas. Ainda assim, o tempo nunca nos escapou tão rapidamente. Esta contradição evidencia que o tempo deixou de ser apenas uma dimensão da existência humana para se tornar objeto de disputa econômica, tecnológica e política. Quanto mais a tecnologia avança, menos donos parecemos ser da nossa vida. E longe de trazer facilidades, as plataformas digitais deram lugar à sensação permanente de urgência, aceleração e falta de tempo.

Não é novidade que, nas grandes cidades, a população, além da jornada laboral, padece horas presa no trânsito e, mesmo quando o expediente termina, muitas vezes segue disponível para mensagens, notificações e demandas que atravessam a fronteira entre trabalho e vida privada.

O tempo é a matéria-prima da liberdade, e não existe liberdade sem tempo para exercê-la plenamente. De que valem os direitos sociais se as pessoas não dispõem de tempo para usufruí-los? O direito à educação perde parte de sua eficácia para quem enfrenta jornadas exaustivas e longos deslocamentos diários. O direito ao lazer torna-se uma promessa distante para quem, por exemplo, trabalha na odiosa escala 6x1 e chega em casa extenuado. Até o convívio familiar, protegido pela Constituição, torna-se cada vez mais raro quando o cotidiano é consumido pelo trabalho, pelo trânsito e pela sobrevivência.

Pauta histórica das classes trabalhadoras, a luta pela redução da jornada sem redução de salário deve, no século XXI, enfrentar outro desafio, a hiperconectividade. Com o telefone celular transformando-se, muitas vezes, em um prolongamento do ambiente de trabalho, faz-se necessário não rejeitar a tecnologia, mas estabelecer um limite civilizatório. A inovação deve servir às pessoas, e não as aprisionar em uma disponibilidade permanente para os interesses econômicos de terceiros.

Foi pensando assim que apresentei uma Proposta de Emenda à Constituição, na Câmara dos Deputados, para garantir o "direito ao tempo" como uma garantia fundamental e indispensável ao pleno desenvolvimento da pessoa humana e ao exercício da cidadania. Para além da inclusão do "direito ao tempo" no artigo 6º da Constituição, assim como acontece com os direitos à educação, saúde, previdência e segurança pública, a proposta veda retrocessos em conquistas já asseguradas, como as férias e o descanso semanal. E determina que o chamado "mínimo existencial" deva abranger, além das condições materiais, a garantia de uma parcela de tempo livre, protegida da apropriação pelo Estado ou pelo mercado. A PEC versa também sobre o "direito à desconexão", para que os períodos de repouso sejam efetivamente respeitados pelos patrões, assim como é realidade no México.

Descanso não é improdutividade, é necessidade

A proteção do tempo também precisa ser parte integrante da política de saúde pública. O crescimento dos casos de *burnout*, ansiedade e depressão não pode ser compreendido apenas como problemas individuais. Trata-se de um modelo de organização do trabalho e da vida que naturalizou a exaustão. O descanso deixou de ser visto como uma necessidade

Ines249

O lazer não pode se tornar inalcançável

ISTOCKPHOTO

humana para ser encarado, muitas vezes, como improdutividade. Esta lógica cobra um preço alto em sofrimento, adoecimento e perda de qualidade de vida.

Proteger o tempo gera, no entanto, benefícios que excedem a saúde individual. Sociedades democráticas dependem de algo que alguns economistas chamam de "capital social": confiança, solidariedade, participação comunitária e envolvimento cívico. Nada disso floresce quando os indivíduos vivem permanentemente trabalhando ou cansados. É no tempo livre que pais acompanham o crescimento dos filhos, cidadãos participam de associações, comunidades se organizam, vizinhos se conhecem e a democracia ganha raízes mais profundas.

A lamentável decisão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, de bloquear o projeto que acaba com a escala 6x1 antes das eleições atrasa, por motivações eleitoreiras, uma conquista que o povo brasileiro quer chamar de sua, como atestam as pesquisas. Quando o tempo do trabalhador vale menos que o cálculo eleitoral, não é uma corrente política que perde, é todo o País.

Sábio e de saudosa memória, o ex-presidente uruguaio Pepe Mujica nos ensinou que o tempo é o recurso mais sagrado da existência humana, pois a vida escorre rapidamente e a juventude não pode ir ao supermercado para comprar mais anos. Ao longo da história, a luta dos trabalhadores conquistou a limitação da jornada, o descanso semanal, as férias e tantos outros direitos que hoje parecem naturais. O desafio deste tempo é impedir que esses avanços sejam suprimidos por novas formas de exploração, mais silenciosas, mas igualmente perniciosas. Proteger o tempo, um bem não renovável, é atualizar a agenda dos direitos sociais para o século XXI. •

**Deputado federal pelo PT-SP.*

Ines249

O preço da inação

ENTREVISTA Não fazer nada custa mais do que tentar e falhar, diz o ativista Thiago Ávila sobre a limpeza étnica em Gaza

A LENEIDE DUARTE-PLON

Aos 39 anos, Thiago Ávila viveu muitas aventuras ao lado de ativistas do mundo para levar ajuda humanitária à população de Gaza. Depois de mais de dois anos e meio de bombardeios por Israel, as cidades do enclave palestino foram destruídas e o povo vive em tendas sem água potável nem hospitais. Israel matou mais de 200 mil palestinos e deixou milhares de mutilados, entre eles 10 mil crianças. As flotilhas de Gaza, que o brasileiro e leitor de Marx integrou, foram organizadas para socorrer quem morre de doenças, fome e sede. Os ativistas de junho foram presos ilegalmente em águas internacionais e levados a Israel. Muitos foram torturados, como Ávila. "As torturas foram tantas que fiquei desacordado duas vezes e até hoje não recuperei o sentido sobre todas as áreas do meu corpo", recorda na entrevista a seguir. E pondera: "Diante de um genocídio, todo sacrifício é pouco".

Carta Capital: Você é apresentado como "socioambientalista internacionalista". Qual a causa mais importante, a ecologia ou a defesa dos palestinos?
Thiago Ávila: Compreendi que ambas andam juntas e que só podemos vencê-las conjuntamente, pois se trata do mesmo sistema de injustiças e destruição. O sistema que promove o genocídio na Palestina, e também no Congo e no Sudão, é responsável pelo ecocídio em Gaza, pela destruição da Amazônia, do Cerrado e demais biomas do País. Quem se beneficia é a mesma classe de bilionários, as mesmas corporações, e quem paga a conta é a população mais pobre.

CC: O que o levou a participar das flotilhas de Gaza?
TA: Comecei a compreender a causa palestina em 2005, enquanto o governo sionista retirava as colônias de Gaza para transformá-la na "maior prisão a céu aberto do planeta". No ano seguinte, Gaza sofreu bombardeios aéreos e em 2007 começa o criminoso cerco por terra, ar e mar. Desde então, acompanho a situação com preocupação. As flotilhas para romper o cerco ilegal e levar ajuda humanitária aconteceram pela primeira vez em 2008, mas apenas as cinco primeiras conseguiram chegar em Gaza. As outras foram impedidas, seja por problemas mecânicos ou de guerra burocrática, seja por interceptações-sequestros ou por ataques que danificavam os barcos, feriam pessoas e nos obrigavam a parar. Minha primeira participação em uma flotilha foi em abril de 2024, quando me juntei ao comitê internacional e coordenei oito missões a Gaza e uma a Cuba. Tentamos muitas vezes, eu estive no barco por três vezes, chegamos a menos de 150 milhas náuticas de Gaza. Diante de um genocídio, todo sacrifício é pouco e o pecado de não fazer nada cobra muito mais caro à humanidade que o fato de tentar e falhar.

> "Faz parte do projeto sionista que o povo palestino não consiga manter as condições mínimas de vida"

CC: A flotilha que tentou furar o bloqueio neste ano foi interceptada ilegalmente por Israel em águas internacionais. Você e outros ativistas foram presos, levados para Israel e sofreram torturas. Como foi a prisão?
TA: Foi muito duro o período na prisão, pois os criminosos de guerra estavam dedicados a me torturar e me destruir física e mentalmente. As torturas foram tantas que fiquei desacordado duas vezes e até hoje não recuperei o sentido sobre todas as áreas do meu corpo. Só fomos libertados após uma intensa campanha de mobilização que aumentou muito o custo político para Netanyahu e Trump nos manter presos e sob torturas.

CC: Por que a ajuda humanitária das flotilhas é bloqueada por Israel?
TA: Faz parte do projeto sionista que o povo palestino não consiga manter as condições mínimas de vida para que queiram

Ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 54
Nicarágua. Ortega adota táticas da extrema-direita para se perpetuar no poder

sair de sua terra. Apesar de ser considerado um crime de guerra diante do direito internacional e humanitário, Israel segue impedindo que palestinos recebam ajuda humanitária. Diversas organizações denunciam essa violação, da ONU à Anistia Internacional e Human Rights Watch. E não apenas impedem a entrada de ajuda. Israel esteve envolvido em ataques que mataram trabalhadores humanitários que lutavam contra os terríveis impactos da desnutrição aguda em Gaza.

CC: O que está em curso em Gaza e na Cisjordânia é a continuação da limpeza étnica, iniciada na criação do Estado de Israel, em 1948?

TA: Sem dúvida. Esse processo é visível até nos mapas. Até 1947, toda aquela área era a Palestina. Naquele ano, com a Resolução 181 da ONU ("Plano de Partilha"), Israel passa a existir ocupando mais de 53% do território. Em apenas dois anos, em 1949, passaram a ocupar 78%. Em 1967, passaram a ocupar militarmente 100%, inclusive Cisjordânia, Gaza, a península do Sinai egípcia (depois devolvida), pedaços do sul do Líbano (nunca devolvidos) e as colinas de Golã sírias (nunca devolvidas). O que vimos em Gaza nos últimos dois anos e oito meses foi uma aceleração desse processo e a tomada de mais território durante o genocídio. É uma violência contínua de oito décadas.

CC: Israel se apresenta como a "única democracia do Oriente Médio". O que pensa da autodefinição de um país que continua a ocupação, desde 1967, da Cisjordânia, de Gaza e de Jerusalém Leste, contrariando o Direito Internacional e mantendo duas leis dentro do país, uma para palestinos israelenses e outra para judeus, um típico regime de *apartheid*?

TA: Após o fim do regime de *apartheid* na África do Sul, Nelson Mandela visitou a Palestina para agradecer ao povo pelo apoio constante à luta contra esse regime de segregação. Após a visita, ele declarou que o processo de *apartheid* que o povo palestino vive na região era pior que o da África do Sul. Um regime em que palestinos têm a maioridade penal de 12 anos e são julgados por Cortes militares enquanto israelenses possuem a idade penal de 18 anos e são julgados por Cortes civis não pode ser considerado democrático. Israel é a cruel realidade de um povo que ocupa ilegalmente territórios, comete inúmeras violações do direito internacional e se apresenta como uma democracia.

CC: Por que decidiu disputar uma vaga de deputado federal?

TA: Precisamos derrotar o bolsonarismo e, por isso, aceitei o desafio de ser candidato. Desejamos construir uma São Paulo do Bem Viver, defender o Brasil e transformar o mundo acabando com a exploração, todas as formas de opressão e destruição da natureza. O programa está sendo desenhado dentro desses parâmetros. Esperamos que mobilize mais gente para a tarefa histórica da nossa geração. •

ESRA HOCIOGLU/ANADOLU/AFP E YASSINE MAHJOUB/AFP

Persistência. Ávila coodernou oito missões a Gaza e uma a Cuba. Agora, se aventura na campanha a deputado. "Precisamos derrotar o bolsonarismo"

Ines249

Delírios de um ditador

NICARÁGUA Daniel Ortega despedaça os últimos trapos da fantasia sandinista

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

Depois de anunciar que "não haverá mais eleições" na Nicarágua, o ditador Daniel Ortega e a esposa, a "copresidente" Rosario Murillo, recuaram na segunda-feira 27. O casal, que desde a reforma constitucional de 2025 passou a governar o país em dupla, adiou para setembro a abolição de todos os partidos políticos classificados como "traidores" e "golpistas". Até lá, esperam convencer a comunidade internacional de que a extinção das eleições na Nicarágua seria uma boa ideia.

Assim como Jair Bolsonaro fez no Brasil em julho de 2022 e o filho mais velho dele, Flávio, repetiu em julho deste ano, Ortega e Murillo têm convocado reuniões com embaixadores estrangeiros para criticar a oposição, colocar em dúvida o processo eleitoral e fazer pregações golpistas. Em tese, as famílias Bolsonaro e Ortega não poderiam estar em extremos mais opostos do espectro político-ideológico latino-americano. Na prática, entretanto, ambos mostram como as franjas mais radicais da direita e da esquerda podem se encontrar nos ataques ao modelo de democracia liberal.

A história de Ortega é a de uma guinada imprevisível. Um dos principais líderes da Revolução Sandinista que em 1979 pôs fim aos mais de 40 anos de ditadura da família Somoza, ele se tornaria presidente do país pela primeira vez em 1995. Cumprido um mandato de cinco anos, seria substituído no poder, por escolha popular, pela direitista Violeta Chamorro. Voltaria ao palácio em 2007, desta vez para se perpetuar no cargo por meio de uma política de expurgos dirigida não apenas contra adversários, mas a antigos companheiros sandinistas que acabaram presos ou exilados, denunciando, do exterior, a instauração de uma nova ditadura.

A última onda significativa de protestos e questionamentos a Ortega ocorreu em 2018, quando o presidente comandou uma repressão violenta que resultou na morte de ao menos 350 manifestantes. Os últimos opositores significativos foram presos ou mandados ao exílio em 2021. Um dos mais célebres foi o líder indígena Brooklyn Rivera, chefe do povo Miskito, que acabou morto na cadeia, aos 73 anos, depois de ter passado quase três anos como prisioneiro político. Organizações internacionais de direitos humanos como a Human Rights Watch denunciam a existência de ao menos 50 presos nas mesmas condições, além do fechamento de mais de 5 mil ONGs, 29 universidades e 58 órgãos de imprensa não alinhados ao governo.

Desde 2007, o ex-guerrilheiro se perpetua no poder

No discurso de celebração dos 47 anos da Revolução Sandinista, em 19 de julho, ele mesmo não deixou claro se pretende cancelar definitivamente as eleições na Nicarágua ou apenas excluir os opositores das disputas fajutas daqui em diante. Suas declarações públicas a esse respeito têm sido tão superlativas quanto vagas. Alguns de seus apoiadores argumentam que a preocupação de Ortega é legítima, pois os Estados Unidos estariam de fato insuflando artificialmente movimentos de oposição com a intenção de restaurar a ordem política que existia antes do fim da ditadura de Somoza. Segundo essas vozes, a própria distorção das declarações do ditador seria uma expressão dessa campanha internacional de sabotagem. O presidente nicaraguense teria dito, na verdade, que pretende combater fraudes eleitorais, não a oposição em si.

As interpretações benevolentes sobre o real sentido do discurso de Ortega ignoram os fatos. "O espaço cívico na Nicarágua está quase completamente fechado. A expressão independente de opinião é reprimida sistematicamente", disse o austríaco Volker Türk, alto comissário da Organização das Nações Unidas para os Direitos Humanos, alertando para o fato de que recentemente diversos advogados tiveram as licenças cassadas pelo governo sem explicação.

Além de atacar as eleições, como Bolsonaro faz, Ortega copia ideias de outro célebre líder da extrema-direita inter-

CESAR PEREZ/PRESIDÊNCIA DA NICARÁGUA

Ines249

Golpe dentro do golpe. O autocrata revela a intenção de acabar com as eleições

nacional, o presidente norte-americano, Donald Trump, quando diz que vai "construir um muro" contra a oposição nicaraguense. A ideia do muro foi *slogan* de campanha de Trump contra os imigrantes, nos Estados Unidos, e depois reapareceu na boca de outros líderes desse campo, como o presidente do Chile, José Antonio Kast, que ergueu uma barreira física contra estrangeiros no norte do país. Ortega vai em igual toada, mesmo que seus inimigos declarados sejam os partidos "criados pelos ianques". Na retórica do ditador octogenário, as ideias típicas da extrema-direita têm se proliferado à sombra de um sandinismo carcomido.

A escalada autoritária já não é respaldada nem mesmo por antigos aliados de esquerda. Sob comando do presidente Lula, o Brasil, por exemplo, publicou nota na qual defendeu "a realização de eleições livres, periódicas, plurais e transparentes" na Nicarágua, caracterizando-as como "esteios da democracia, valor com o qual o Brasil tem profundo compromisso". A reação nicaraguense foi dosada. Em nota oficial, a chancelaria de Ortega reafirmou a soberania sobre os assuntos internos e rechaçou qualquer interferência estrangeira, mas reafirmou diplomaticamente seu "carinho fraternal pelo povo do Brasil".

O governo da Nicarágua dá a entender que suas ideias ditatoriais sobre as eleições e os partidos de oposição estão em fase de teste, dirigido sobretudo ao corpo diplomático internacional lotado na capital, Manágua. O próprio tom da nota emitida em resposta ao Brasil mostra que o país não está alheio à opinião pública internacional, de onde vem hoje a única pressão capaz de modular as atitudes de um governo que já não tolera a oposição interna há muitos anos. •

Ines249

A pintura como divã

ARTE *O Mundo de Ponta-Cabeça* evoca os mestres holandeses para falar sobre o significado da arte e o poder da beleza

POR EDUARDO MAGOSSI

Em julho de 1945, apenas dois meses após o fim da ocupação alemã na Holanda nos estertores da Segunda Guerra Mundial, 175 pinturas de mestres holandeses do século XVII, que haviam passado os anos do conflito protegidas em *bunkers*, foram apresentadas em uma grande exposição no Rijksmuseum, o museu nacional de arte da Holanda, em Amsterdam.

Quadros de Rembrandt, Vermeer, Frans Hals, Fabritius e Eckhout saíram de esconderijos fortificados direto para a exposição, que ficou conhecida como *Reunião de Mestres*.

O quadro *A Ronda Noturna*, de Rembrandt, por exemplo, de 3,63 metros de altura por 4,37 metros de largura, ficou abrigado em uma caverna dentro de uma pedreira em Maastricht, no sul da Holanda, a 33 metros abaixo do solo.

O expediente é bastante revelador da devoção, do comprometimento dos holandeses com as obras-primas de seus pintores clássicos e do temor de que a fúria nazista destruísse parte da cultura do país.

Foram esses grandes artistas holandeses – cujas obras reunidas levaram 165 mil pessoas ao museu em um momento em que a Holanda não tinha sequer comida suficiente para toda a população – que inspiraram o escritor Benjamim Moser a construir a narrativa de *O Mundo de Ponta-Cabeça*, misto de história cultural e autobiografia.

Recém-chegado à Holanda em 2002, o norte-americano Moser, que morava em Nova York, mergulhou na arte dos mestres holandeses para tentar compreender o país diante de um sentimento muito seu: o de não pertencimento. O próprio título do livro remete a essa sensação de, ao abraçar uma cultura estranha, ver seu mundo "de ponta-cabeça".

Estranho no ninho. O norte-americano Moser mistura história cultural e autobiografia

O que Moser nos conta é que em um momento de "incertezas na vida em uma nova terra", visitar os mestres nos museus lhe trouxe conforto. A partir dessa constatação, ele empreende uma refle-

Ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 62
Audiovisual. Enquanto não vem a regulação, a presença brasileira no *streaming* cai

Luz e sombra. À esquerda, visitantes olham *A Ronda Noturna*, de Rembrandt, que ficou abrigado em uma caverna, a 33 metros abaixo do solo, durante a ocupação nazista. No quadro *Aula de Anatomia do Dr. Deyman* (*acima*) o pintor (*abaixo*) retrata a dissecação do cadáver de um homem executado por invadir uma loja de tecidos

ACERVO/RIJKSMUSEUM E ROB HUBERS

xão sobre o significado da arte e do poder da beleza diante do que ele considera ter sido um dos momentos mais esplendorosos da história da arte e da humanidade.

A "Era de Ouro" nas artes holandesas não nasceu por acaso. Ela aconteceu em um momento em que o país vivia um período de riqueza e prosperidade comercial, tolerância religiosa, maior independência política, maior liberdade para as mulheres e consolidação de uma classe média sedenta por conhecimento e arte. Todo esse ambiente era propício para a apreciação da arte e da beleza.

Mais conhecido no Brasil por *Clarice, uma Biografia*, sobre Clarice Lispector, Moser ganhou o Prêmio Pulitzer de biografia com *Sontag: Sua Vida e Obra*.

Agora, com a mesma escrita sensível do livro sobre a escritora brasileira, ele conecta as próprias experiências como escritor às descobertas que fez ao mergulhar na vida e na obra dos mestres holandeses. Como indica o subtítulo – *En-*

O MUNDO DE PONTA-CABEÇA.
Benjamim Moser. Tradução: Denise Bottmann. Companhia das Letras (384 págs., 129,90 reais)

Ines249

Ecos. *Vista de Delft*, de Vermeer, é reverenciado no livro *Em Busca do Tempo Perdido*, de Proust. *O Pintassilgo*, de Fabritius, um pintor menos conhecido, está no centro da narrativa do livro homônimo de Donna Tartt

contro com Mestres Holandeses –, *O Mundo de Ponta-Cabeça* é mais um ensaio pessoal do que um trabalho histórico.

Tal característica fez, inclusive, com que alguns críticos torcessem o nariz para o livro, apontando descrições vagas e lacunas históricas. Acontece que Moser, claramente, não pretendeu fazer uma enciclopédia didática, e sim uma reflexão sobre arte, beleza e pertencimento.

O autor começa sua história por Rembrandt que, ao trocar temas sublimes, religiosos e clássicos por outros, humanos e mais sombrios e corriqueiros, personificava, de acordo com sua interpretação, a "inversão holandesa" – outra referência ao mundo de ponta-cabeça.

Para o escritor, nenhum outro pintor da "Era de Ouro" executou tantas cenas de assassinatos, crueldades, torturas, estupros, traições, maldições e mortes como Rembrandt. Ou seja, ele encarou as fragilidades humanas sem ilusões.

Desde sua primeira pintura assinada, *O Apedrejamento de Santo Estêvão*, de 1625, aos 19 anos, Rembrandt retratava a crueldade. Nesse quadro, a cena mostrada é a de uma multidão apedrejando o primeiro mártir cristão.

Alguns anos depois, ele pintaria *A Aula de Anatomia do Dr. Nicolaes Tulp*, em que retrata o cadáver de Aris Kindt, condenado e executado por roubo à mão armada, cercado por oito homens – possivelmente médicos – que observam com curiosidade e espanto a dissecação do morto.

Rembrandt voltaria ao tema 24 anos depois, em *Aula de Anatomia do Dr. Deyman*, que retrata a dissecação do cadáver de um homem executado por invadir uma loja de tecidos. Para Moser, os pés enegrecidos do cadáver parecem pular para fora do quadro e exalar um cheiro pútrido.

Os quadros de Rembrandt são, em sua maioria, escuros, cheios de sombras, algo que leva Moser a afirmar que a visão de mundo de Rembrandt é uma eterna luta entre luz e sombra, entre o bem e o mal, onde apenas ocasionalmente o bem triunfa.

Mesmo em seus autorretratos – são cerca de 80, cobrindo desde sua adolescência até a velhice – há um certo espectro fantasmagórico, avalia Moser. Ele pondera, no entanto, que nem tudo pode ser visto por um prisma negativo: "A luz não pode existir sem a escuridão, nem a virtude sem o pecado".

Se Rembrandt está envolto na escuridão, Johannes Vermeer abraça a luz. Para Moser, a luz nos quadros de Vermeer é o que organiza o mundo, dá forma ao silêncio e cria uma ética de observação. A luz não é apenas técnica, é filosófica, diz ele, que acredita que Vermeer pinta o que está diante de nós, mas que raramente vemos.

Alguns exemplos disso são um grupo de mulheres lendo cartas, o geógrafo manejando seu compasso ou a mulher pesando pérolas. Todos esses personagens aparecem confinados a um pequeno cômodo iluminado pela luz que atravessa uma grande janela.

Ines249

Moser nota que, em Vermeer, a ação é mínima ou inexistente e os quadros são uma meditação sobre interioridade, sobre a segurança e o silêncio do ambiente doméstico.

Morto aos 43 anos, Vermeer deixou 35 telas, entre elas a célebre *Moça com Brinco de Pérola* e *Vista de Delft*, tela que retrata a cidade natal do pintor. Essa obra de dimensões reduzidas foi considerada pelo escritor francês Marcel Proust como a melhor pintura do mundo.

Em seu romance *Em Busca do Tempo Perdido*, o personagem Bergotte vai ver a *Vista de Delft*, o quadro "mais vibrante e mais diferente de tudo o que conhecia", em uma exposição. E morre diante de tanta beleza.

Moser também se dedica a pintores menos conhecidos, como Carel Fabritius, uma grande promessa que não se concretizou. Morreu aos 32 anos em uma explosão do paiol de pólvora em Delft, onde foi morar depois do segundo casamento.

Embora tenha sido aluno de Rembrandt, seu uso da luz, no entendimento de Moser, ia em direção a Vermeer. Por isso, o autor o define como o elo perdido entre Rembrandt (16 anos mais velho) e Vermeer (dez anos mais novo).

Ao pintar o Brasil, durante a dominação holandesa no Nordeste, Eckhout usou sua arte como instrumento de poder

Entre suas poucas obras conhecidas, está *O Pintassilgo*, que retrata o pássaro acorrentado que, para Moser, é uma metáfora da própria vida do artista: beleza presa, potencial contido, destino cruel. "Qualquer descrição dessa pintura sempre será insuficiente", escreve.

Esse quadro, séculos depois, serviria de inspiração para a escritora Donna Tartt, num livro homônimo, *O Pintassilgo*, que ganhou o Pulitzer em 2014.

Para os brasileiros, o capítulo sobre Albert Eckhout joga luz sobre a presença dos artistas durante a dominação holandesa no Nordeste. De qualidade quase antropológica, Eckhout acompanhou Maurício de Nassau e retratou a fauna, a flora e as pessoas locais, em uma mistura de curiosidade científica e exotismo colonial.

Durante muitos anos, *A Dança dos Tapuias*, em que Eckhout retrata um ritual indígena, ilustrou livros de história do Brasil. Para Moser, Eckhout é o pintor que tenta compreender, em suas pinturas, um país que não é o seu, usando sua arte como exercícios de tradução cultural e, ao mesmo tempo, como instrumentos de poder.

Ao longo da obra, Moser retrata 18 pintores que o ajudaram a compreender que a vida é feita de contradições, imperfeições e escolhas difíceis. Olhar profundamente para essas obras, parece nos dizer ele, pode nos ajudar a entender como viver, como criar e como nos situarmos em um mundo que, muitas vezes, parece "de ponta-cabeça". •

ALBERT ECKHOUT/MUSEU NACIONAL DA DINAMARCA, JOHANNES VERMEER/MUSEU DE MAURITSHUIS E ARQUIVO BANCO MUNDIAL

Ritual indígena. *A Dança dos Tapuias*, de Eckhout, ilustrou muitos livros de história do Brasil

Ines249

De volta à origem da humanidade

LIVROS No surpreendente *Os Imortais*, Paulliny Tort fabula sobre o modo como os nossos antepassados percebiam o mundo

POR MARIA FERNANDA VOMERO

Numa época em que se debatem a influência da tecnologia e os impactos da Inteligência Artificial nas atividades humanas, a literatura oferece a possibilidade de voltar aos primórdios da humanidade. E fabular de que modo nossos parentes ancestrais compreendiam o mundo milhares de anos atrás.

Em *Os Imortais*, a escritora e jornalista Paulliny Tort apresenta uma narrativa sobre um clã de neandertais em busca da sobrevivência. Em determinado momento, o grupo topa com alguns *Homo sapiens*. Depois de uma disputa territorial, uma bebê *sapiens* acaba sendo incorporada ao clã.

Estudos confirmam que as duas espécies de hominídeos coexistiram e se relacionaram por milênios, até a extinção dos neandertais, há cerca de 40 mil anos. E revelam que populações humanas atuais de origem não africana carregam entre 1% e 2% de DNA neandertal.

Também se sabe que as espécies tanto conviveram pacificamente quanto competiram por recursos. Há evidências de que os neandertais mantinham práticas culturais, como o enterro, embora ainda pouco se conheça sobre suas formas de comunicação e expressões de cuidado.

Paulliny explora com inventividade tais lacunas. A narrativa se estrutura em quatro partes. Três acompanham o ponto de vista de um dos personagens – o Homem, guia-caçador, a Mulher, guardiã do fogo e guia-caçadora, e a menina *sapiens*; a última traz uma confluência de perspectivas.

A autora consegue criar uma história situada em um tempo prévio ao aparecimento da linguagem sem recorrer a anacronismos ou a termos desgastados.

A descrição dos ambientes – e seus animais, tipos de vegetação, acidentes geográficos etc. – é vívida e minuciosa. O texto apoia-se na visualidade e no registro sensorial, sugerindo como teria acontecido a percepção dos neandertais sobre o mundo que os cercava.

OS IMORTAIS
Paulliny Tort. Fósforo
(232 págs., 84,90 reais)

Embora não caia na armadilha de projetar nos personagens rudimentos de um modo contemporâneo de articular ideias, a narração onisciente se estrutura de forma lógica e racional (ou seja, *sapiens*).

Destacam-se as passagens em que o Homem, a Mulher e a menina têm saltos imaginativos, elaboram ideias mais complexas ou sentem algo parecido à nostalgia ou à saudade. O assombro gera um intento de compreensão.

Para os membros do clã, o Sonho faz fronteira com o mundo dos mortos, insinuando uma abertura incipiente ao simbólico e ao sublime. Por isso, são tocantes os trechos que acompanham a gradual transformação do Homem.

Depois de tantas travessias, terá ele alcançado algo como o sentido da existência? Ou terá sido despertado para aquilo que hoje chamamos de sagrado? Essas perguntas pertencem à leitora. A narrativa mantém possíveis quaisquer respostas.

Talvez haja uma pista, contudo. Os títulos dos capítulos são letras ou sílabas. A princípio, podem indicar uma forma de comunicação entre os neandertais. Afinal, na trama, eles combinam sons e gestos para se expressarem.

Mas as letras e sílabas, quando reunidas, formam versos da *Eneida*, poema épico latino escrito por Virgílio no século I a.C. Trata-se da passagem de invocação à musa, em que o poeta indaga por que tantos esforços e perigos foram impostos ao varão piedoso.

Em algum momento da pré-história, os humanos se deram conta da possibilidade de nomear as coisas, palpáveis ou abstratas. Paulliny preserva, em *Os Imortais*, os mistérios daquela época em que nossos antepassados estavam aprendendo a decodificar o mundo e a atribuir-lhe significados. •

Ines249

RENATO PARADA

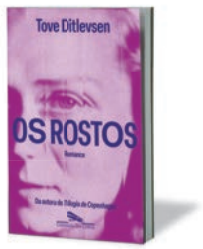
Pré-histórico. Paulliny preserva os mistérios que rondavam os nossos ancestrais

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA

A franco-mauriciana Nathacha Appanah, convidada da Flip, reúne, em **Noite no Coração** (Bazar do Tempo, 240 págs., 89 reais), as histórias de três mulheres que tiveram um destino comum: foram vítimas de violência de gênero. Uma delas é a própria autora; as outras duas foram assassinadas.

O título, **O Avesso da Tapeçaria** (Edições Sesc, 126 págs., 65 reais), vem de uma imagem: traduzir seria como olhar uma tapeçaria flamenga pelo avesso. As figuras estão lá, mas embaralhadas entre fios e nós. Alberto Manguel se dedica, nestas notas, a refletir sobre o ofício de tradução.



Depois da celebrada *Trilogia de Copenhagen*, a Companhia das Letras lança, da escritora dinamarquesa Tove Ditlevsen, **Os Rostos** (160 págs., 69,90 reais), romance protagonizado por uma escritora de livros infantis atormentada por problemas psiquiátricos e visões.

Ines249

Maníaco do Parque e *A Menina que Matou os Pais* estiveram no topo do ranking

No esconderijo do algoritmo

STREAMING Um estudo se debruça sobre a presença de obras brasileiras no Top 10 para mostrar por que a regulação importa

POR ANA PAULA SOUSA

O governo Lula se aproxima do fim sem que a principal demanda do setor audiovisual, a regulação dos serviços de *streaming*, tenha sido atendida. Embora, em 2025, dois Projetos de Lei (PLs) sobre o tema tenham avançado no Congresso Nacional, a lei não saiu.

Entre os princípios do aguardado marco regulatório para o vídeo por demanda estão a cobrança de um tributo já recolhido por outros agentes do setor e exigências relativas à presença de conteúdo brasileiro nas plataformas.

Além de prever um mínimo de obras de produção independente brasileira nos catálogos, os PLs estabelecem o princípio da proeminência, que obriga as plataformas a deixar as obras visíveis, protegendo-as do que os produtores chamam de "esconderijo algorítmico".

Um estudo publicado na segunda-feira 27, *O que o Brasil Assiste: Análise Tomun do Mercado Audiovisual 2023-2024*, nos ajuda a espiar esse esconderijo. Realizado por duas empresas privadas, com recursos da Lei Paulo Gustavo, o estudo mistura temas e metodologias, às vezes de forma inconsistente, mas traz *insights* sobre a relação da produção brasileira com o público.

A análise se apoia no *Panorama do Mercado de Vídeo por Demanda*, documento que, desde 2023, a Agência Nacional do Cinema (Ancine) lança anualmente. Como as plataformas ainda não foram enquadradas em uma legislação específica, seus dados não são públicos. Por isso, a agência contrata um serviço privado para o monitoramento.

O último *Panorama* abarcou 106 plataformas que, juntas, ofertam 138 mil títulos. Dentre eles, apenas 5,3% são brasileiros. Quando se fecha o foco sobre as empresas estrangeiras, o porcentual encolhe: a Disney+ oferta 1,3% de obras brasileiras; a HBO Max, 2%; a Netflix, 2,8%; e a Amazon Prime, 3,1%.

Que informação a *O que o Brasil Assiste* acrescenta ao levantamento da Ancine? Que essas obras, além de tudo, são pouco vistas. Durante dois anos, os autores do estudo analisaram diariamente os rankings públicos do Top 10 de Amazon Prime Video, Apple TV+, Disney+, Globoplay, HBO Max, Netflix e Paramount+.

Ines249

Eles mediram a visibilidade a partir de uma pontuação que leva em conta a classificação no Top 10 e o tempo de presença na lista. Excluindo-se o Globoplay – onde o Top 10 é majoritariamente brasileiro –, a presença de obras nacionais nos rankings foi de 6% em 2023 e 4,9% em 2024.

Em 2023, 91 dos 1.549 longas-metragens que passaram pelo Top 10 eram brasileiros; em 2024, foram 48 em um total de 1.183. Ou seja, houve, de forma geral, uma diminuição de 23,6% no número de títulos que chegam ao ranking; e, no caso dos filmes brasileiros, a queda foi de 47,2%.

A despeito de ofertar muita coisa, o *streaming* tem uma audiência concentrada em cada vez menos títulos – como acontece nas salas de cinema. Lê-se, na análise, que, nesse contexto, "o conteúdo cuja presença já é minoritária tende a ser penalizado com maior intensidade".

O número de títulos que alcança uma grande audiência nas plataformas só tem diminuído

Cabe observar que os resultados são afetados por reconfigurações do próprio mercado. Uma delas foi a retirada de produções brasileiras do catálogo da Paramount+, algo relacionado a um movimento internacional da empresa.

Outro levantamento diz respeito ao gênero, que os autores definiram a partir de critérios próprios. Se, na sala de cinema, a aventura responde por 69,4% dos ingressos vendidos, no Top 10 do *streaming* ela responde por 38,4%. No *streaming*, quem cresce é o suspense: 33,8% dos pontos contra 21,8% da bilheteria.

Cruzando esses números com os da Ancine, os autores afirmam: os gêneros que vão melhor em cada janela são, justamente, aqueles nos quais a produção brasileira é escassa.

O estudo chama a atenção ainda para o terror que, embora bastante procurado, não é tão dependente de marcas prévias para fazer sucesso. Os autores defendem que, por escapar da lógica das franquias, o gênero poderia ser mais explorado pelo cinema brasileiro – onde o drama domina.

A comédia, como era de se esperar, se mostrou, entre os brasileiros, predominante no Top 10. Coube, porém, a dois *true crimes* da Prime Video, *A Menina que Matou os Pais: a Confissão* e *Maníaco do Parque*, a maior pontuação tanto em 2023 quanto em 2024. No esconderijo, no fim, não há tanta surpresa assim. •

NOVA QUEDA, E UM PLATÔ

O mercado se estabiliza em patamar inferior àquele do período anterior à pandemia

Em seu relatório anual, publicado em junho, a Ancine mostrou que, depois de quatro anos seguidos de crescimento, o mercado de salas de cinema caiu em 2025. Na renda, a retração foi de 11,4%. A partir desse dado, a agência constata que, a exemplo do que tem acontecido em outros países, o mercado brasileiro parece ter se estabilizado em um novo patamar – mais baixo que o do período pré-pandêmico.

A média da frequência geral nos cinemas, nos últimos três anos, corresponde a cerca de 70% do que foi no período entre 2017 e 2019.

De 2024 para 2025, também o público dos filmes brasileiros caiu – indo de 12,6 milhões para 11,1 milhões de espectadores. O único título lançado em 2025 a superar a marca de 1 milhão de espectadores foi *O Agente Secreto*.

Um dado curioso é que foram exibidos, nas salas de cinema, 1.010 filmes de longa-metragem – dos quais 431 lançamentos. É um pouco como se o mercado exibidor tentasse oferecer um catálogo mais vasto, espelhando o *streaming*. Em ambos os lugares, muito se oferta, mas pouco do que se oferta é visto.

CINEMASCÓPIO E AMAZON PRIME VÍDEO

O relatório mais recente da Ancine mostra que, depois de quatro anos de crescimento, as vendas de ingressos voltaram a cair. *O Agente Secreto* foi o único brasileiro a ultrapassar 1 milhão

Ines249

O que pode uma menina?

DOCUMENTÁRIO RODADO EM GUARIBAS, CIDADE-PILOTO DO BOLSA FAMÍLIA, E PROTAGONIZADO POR CRIANÇAS, *A FABULOSA MÁQUINA DO TEMPO* É UM REGISTRO DA AMPLIAÇÃO DO DIREITO DE SONHAR

Infâncias. A diretora Eliza Capai registra suas protagonistas enquanto elas brincam

O principal acerto de *A Fabulosa Máquina do Tempo* talvez seja sua entrega ao brincar. E, por consequência, ao sonhar.

"Quando a gente sonha, dá pra voltar no tempo (...) Dá pra brincar com quem cresceu e não brinca mais", diz uma das meninas que protagonizam o documentário rodado em Guaribas, no sertão piauiense.

A diretora do filme, Eliza Capai, chegou à cidade em 2013 movida por um livro sobre o Bolsa Família que despertou nela o desejo de entender de que forma o auxílio vinha mudando as relações de gênero nas pequenas cidades. Uma bolsa da Agência Pública possibilitou sua viagem à cidade-piloto do programa.

De lá para cá, Eliza, que é formada em jornalismo, consolidou sua carreira no cinema, tendo dirigido documentários como *Espero Tua (Re)volta* (2019) e *Incompatível com a Vida* (2023), além da série *Elize Matsunaga: Era Uma Vez um Crime* (2021), da Netflix.

Foi com o olhar de cineasta mais treinado que, em 2021, ela voltou a Guaribas. Em entrevistas, Eliza tem dito que, ao reencontrar a cidade e seus habitantes, se sentiu como quem entra numa máquina do tempo. As mulheres que conhecera em 2013 tinham agora filhas. E essas filhas não eram o que as mães foram um dia.

São essas meninas que, por meio de brincadeiras, conversas e encenações, assumem a condução do filme.

Com elas, as regras de gênero que um dia regeram o cotidiano – "o menino vai beber cachaça e a menina fica em casa organizando as coisas" – viram coisa sem pé nem cabeça. E as possibilidades de futuro são tantas quantas as que a caixa d'água transformada em máquina do tempo pode forjar.

Elas podem ser cineastas, médicas, esposas. No filme, brincam de ser tudo isso. São significativos os momentos em que as meninas entrevistam as mães. Nessas sequências, quem surge inibido é o adulto.

Exibido na abertura da Mostra Generation Kplus da Berlinale, no início do ano, e selecionado para o É Tudo Verdade, *A Fabulosa Máquina do Tempo* chegou às salas de cinema na quinta-feira carregado de prêmios recebidos em festivais dentro e fora do Brasil.

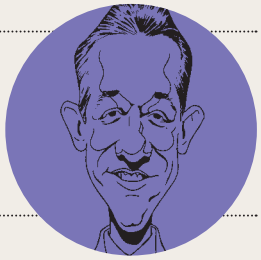
O filme é a terceira parceria de Eliza com Mariana Genescá, produtora voltada aos documentários de impacto social. São projetos que, mais do que o circuito tradicional de salas, miram a circulação por outros ambientes e buscam, sobretudo, estimular o debate, reflexão e, quem sabe, ampliar o horizonte dos sonhos. •

– por Ana Paula Sousa

ELIZA CAPAI

Ines249

ARTHUR CHIORO
Médico sanitarista e professor da Escola Paulista de Medicina (Unifesp). Foi ministro da Saúde. É presidente da HU Brasil



Saúde não é mercadoria

▶ As eleições de 2026 são uma oportunidade extraordinária para que se discuta o futuro do SUS

Em outubro, voltaremos às urnas para escolher o presidente da República. Como em toda eleição, haverá uma profusão de promessas. Na saúde, não faltarão candidatos prometendo hospitais, médicos, exames, cirurgias, fila zero e até canetas emagrecedoras.

Mas, depois de tudo o que vivemos e sofremos nos governos Temer e Bolsonaro, é preciso exigir mais. Os candidatos precisam dizer claramente qual SUS pretendem construir, como irão financiá-lo e que compromissos assumirão para transformar em realidade o direito constitucional à saúde.

O ponto de partida é inequívoco: o SUS é uma das nossas maiores conquistas civilizatórias, uma política que acompanha cada brasileiro antes mesmo do nascimento. Defendê-lo significa defender a vida e enfrentar desigualdades.

A primeira pergunta aos candidatos deve ser, portanto: quanto pretendem investir no SUS? Não haverá sistema universal, integral e de qualidade sem financiamento adequado e sustentável. O compromisso de avançar progressivamente para um investimento público correspondente a 6% do PIB precisa ocupar o centro do debate eleitoral.

Mas dinheiro, embora indispensável, não basta. É preciso definir prioridades. A primeira delas deve ser uma revolução na Atenção Primária à Saúde. Fortalecer equipes, reduzir sua sobrecarga, valorizar vínculos territoriais, ampliar visitas domiciliares, cuidado farmacêutico e exames nas unidades básicas.

Integrar atenção básica, especializada, vigilância e assistência farmacêutica por meio de prontuários compartilhados. E manter o Mais Médicos orientado prioritariamente para os territórios onde historicamente faltam profissionais.

Outro desafio são as filas, que dificultam o acesso oportuno a atenção especializada. O Agora Tem Especialistas precisa se consolidar como política pública estruturante, combinando ampliação da oferta, terceiro turno, mutirões, carretas, expansão da capacidade instalada, uma regulação moderna e a mudança do modelo de financiamento. Fila única digital, transparente e ordenada pelo risco clínico – e não pela capacidade de influência de cada cidadão – é instrumento de equidade.

O próximo governo deve preparar o SUS para uma sociedade que envelhece rapidamente. Já somos mais de 34 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais. Precisaremos integrar saúde e assistência social, fortalecer o cuidado domiciliar, formar cuidadores e ampliar a oferta de geriatria e gerontologia.

Saúde mental, saúde das mulheres, população negra, povos indígenas, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, trabalhadores e populações tradicionais também não podem permanecer como agendas periféricas.

Saúde é desenvolvimento e soberania. O Complexo Econômico e Industrial da Saúde precisa estar no coração de uma política nacional de desenvolvimento, fortalecendo Fiocruz, Butantan, Hemobrás, universidades e empresas brasileiras, investindo em biotecnologia, vacinas, medicamentos, Inteligência Artificial e plataformas de RNA mensageiro.

A transformação digital oferece possibilidades extraordinárias, mas não pode reproduzir desigualdades. Hospitais inteligentes, telessaúde, integração de dados e Inteligência Artificial podem reduzir filas, melhorar diagnósticos e levar especialistas aos lugares mais remotos. Mas tecnologia no SUS deve significar inclusão, jamais uma nova barreira para pobres, idosos ou cidadãos com menor literacia digital.

Nada disso acontecerá sem trabalhadores valorizados. São milhões de profissionais que sustentam o sistema. Formação, carreiras, condições dignas de trabalho e enfrentamento da precarização precisam tornar-se compromissos concretos de governo. Na saúde é imperioso o fim da escala 6x1.

E há uma questão incontornável: saúde não é mercadoria. O próximo governo precisará enfrentar de maneira transparente as relações entre SUS e setor privado, aprimorar o ressarcimento pelas operadoras e impedir que recursos públicos subsidiem interesses privados enquanto ainda faltam recursos para garantir direitos universais.

As eleições de 2026 são uma oportunidade extraordinária para se discutir o futuro do SUS. Queremos saber dos candidatos não apenas o que construirão, mas que concepção de saúde defenderão.

Porque escolher o futuro do SUS é também escolher que país queremos ser: um país em que o acesso à saúde depende da renda de cada um ou uma sociedade que reconhece, definitivamente, que saúde é direito de todos e dever do Estado. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Ines249

VENES CAITANO

Ines249

Aldo Fornazieri, Arthur Chioro, Augusto Diniz, Claudio Couto, Daniel Camargos, Drauzio Varella, Elnara Negri, Jamil Chade, João Paulo Charleaux, Jorge Chaloub, Josué Medeiros, Letícia Cesarino, Lígia Bahia, Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria Inês Nassif, Maria Rita Kehl, Marjorie Marona, Milton Rondó, Paulo Artaxo, Paulo Gala, Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, Reginaldo Nasser, Renato Meirelles, Roberto Amaral, Vladimir Safatle têm um recado para você:

assine CartaCapital

Esse é o time de colunistas de *CartaCapital*. Uma publicação que há mais de 30 anos CartaCapital vem fazendo um jornalismo em que a verdade factual não se curva aos interesses de ninguém. Defende uma economia inclusiva, oportunidades para todos, a cultura e tudo o que importa.

É um caminho difícil, principalmente quando os valores civilizatórios estão em jogo. Quem busca um País mais justo, com oportunidades para todos e acesso à cultura como instrumento de cidadania, tem um lado definido. E tem que estar ao lado de *CartaCapital*.

Leia e assine!
Antes que se livrem de tudo o que importa.

CartaCapital

Tudo que importa para quem se importa

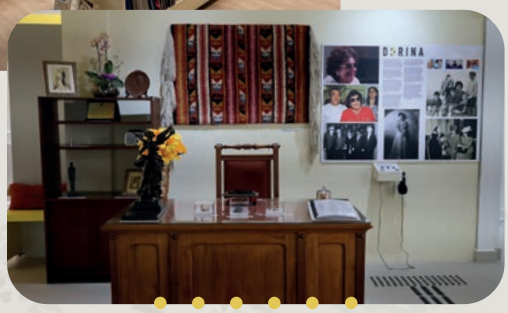
Ines249

80 ANOS
DE HISTÓRIA

Há 80 anos, transformamos o legado de Dorina Nowill em oportunidades para milhares de pessoas cegas ou com baixa visão.

Seguimos promovendo acesso à educação, informação, autonomia e inclusão.

BIBLIOTECA INCLUSIVA REGINA CALDEIRA



CENTRO DE MEMÓRIA

FACHADA EM 1946

FACHADA ATUAL DA FUNDAÇÃO

FAÇA PARTE DESSA HISTÓRIA!

Doe pelo site (QR Code),
pelo **PIX: pix@fundacaodorina.org.br**
ou via **depósito bancário:**
Banco Bradesco – Agência 3391 –
Conta 27122-5 / CNPJ: 60.507.100/0001-30

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS

Canal de Relacionamento com Doadores:
(11) 5087-0999 – opção 4
relacionamento@fundacaodorina.org.br

www.fundacaodorina.org.br